

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 13 de junho de 2022 - Ata n.º 54.

Aos treze dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **54.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito ao Sr. 2.º Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.º SECRETÁRIO (Deputado Gilson de Souza – PL): Sim, Presidente, Deputado Ademar Traiano. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.º 53, de 8 de junho de 2022.) Era isso o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ºs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.º Secretário se há expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Sim, Sr. Presidente. Boa tarde, Sr.^{as} e Sr.^s Parlamentares e demais que visitam a Assembleia Legislativa.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício Eletrônico nº 7486/22** do Supremo Tribunal Federal, comunicando ao Presidente da Assembleia Legislativa, Ademar Luiz Traiano, que a segunda turma do Supremo Tribunal Federal proferiu, nos autos de referendo na medida cautelar na Tutela Provisória Antecedente n.º 39, o seguinte julgamento colegiado: “A Turma, por maioria, não referendou a medida liminar, nos termos do voto do Ministro Edson Fachin, Redator para o Acórdão, vencidos os Ministros Nunes Marques (Relator) e André Mendonça, Presidência do Ministro Nunes Marques. 2.ª Turma, 7.6.2022. Por consequência, ficam restabelecidos os mandatos dos Deputados já reempossados: Adelino Ribeiro, Nereu Moura, Élio Rusch e Bazana; **Ofício nº 1746/22** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 404/2022, do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício nº 1748/22** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 73/2022, do Deputado Tadeu Veneri; **Ofício nº 1747/22** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda ao Requerimento n.º 1107/2022, do Deputado Marcio Pacheco; **Ofício nº 1749/22** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda ao Requerimento n.º 1430/2022, do Deputado Goura; **Ofício nº 1743/22** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 1453/2022, do Deputado Soldado Fruet; **Ofício nº 1742/22** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda ao Requerimento n.º 1598/2022, do Deputado Tiago Amaral; **Ofício nº 1744/22** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 741/2022, do Deputado Coronel Lee; **Ofício nº 1745/22** da Casa Civil, encaminhando resposta

da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 6913/2021, do Deputado Luiz Carlos Martins; **Ofício nº 1751/22** da Casa Civil, encaminhando resposta da Sanepar ao Requerimento n.º 3666/2021, do Deputado Professor Lemos; **Ofício nº 1750/22** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 1422/2022, do Deputado Luiz Claudio Romanelli; **Ofício nº 1752/22** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 1247/2022, do Deputado Boca Aberta Junior; **Ofício nº 1777/22** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 997/2022, da Deputada Mabel Canto; **Ofício nº 1778/22** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda ao Requerimento n.º 1491/2022, do Deputado Homero Marchese; **Ofício nº 1781/22** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 996/2022, da Deputada Mabel Canto; **Ofício nº 1783/22** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 1575/2022, do Deputado Marcio Pacheco; **Ofício nº 282/22** do Ministério da Justiça e Segurança Pública, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1471/2022, do Deputado Arilson Chiorato. Era isso, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Esta Presidência registra a presença na Casa dos Vereadores de Jardim Alegre, Sr.^s Moisés da Silva Alves e Cícero Carlos dos Santos, por solicitação do Deputado Alexandre Curi; e também a visita dos acadêmicos do curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade Unicesumar Ponta Grossa, acompanhados pelos professores Edson Gil Santos Junior, Afonso Werner e Jefferson Luiz Dietrich. Sejam todos bem-vindos à nossa Casa. O Grande Expediente de hoje, por proposição do Deputado Luiz Fernando Guerra, será destinado para a homenagem póstuma pela trajetória do jornalista Fábio Campana. Hoje recebemos aqui neste Plenário a Dr.^a Denise Camargo, viúva do homenageado, para explanar sobre a história do jornalista e escritor paranaense Fábio Campana, falecido em 29 de maio de 2021. Anunciamos a presença aqui dos familiares e amigos do nosso homenageado,

aos quais agradecemos, Sr.^a Maria Cristina de Camargo, Adélia Alves, Paulo Machado, Rosa Rocha, Márcia Toccafundi, Izabela França e demais convidados da tribuna de honra que se fazem presentes aqui nesta Sessão Plenária. Concedo a palavra ao Deputado Luiz Fernando Guerra, para que faça a saudação aos nossos convidados.

GRANDE EXPEDIENTE: Usaram da palavra o Sr. Deputado Luiz Fernando Guerra e Dr.^a Denise de Camargo.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, público que nos assiste pela *TV Assembleia*, redes sociais do Poder Legislativo Estadual, os nossos cumprimentos a todos. Dirijo-me em especial à Sr.^a Denise de Camargo, Professora Universitária, Pesquisadora e Psicóloga, com Mestrado e Doutorado em Psicologia Social pela PUC, que foi casada com o nosso homenageado Fabio Campana e sua leal companheira por quase 50 anos. Não poderia, Presidente, deixar de citar aqui a sogra do nosso querido Fabio Campana, Dona Augusta Regina de Camargo, que não está presente, mas nos seus 96 anos nos acompanha pela *TV Assembleia*. Citar também aqui os amigos queridos que se fazem presentes, Maria Cristina de Camargo, Adélia Alves, Paulo Machado, Rosa Rocha, Márcia Toccafundi, Izabela França e também o Rubico, cunhado, irmão da nossa querida Denise de Camargo, que está na plateia. A nossa saudação ainda aos vossos filhos, Dona Denise: ao Rubens Campana que exerce a função consular, como diplomata em Israel, em Tel Aviv; e a Isabel Campana, sua filha, advogada, cronista, artista plástica, em Quito, no Equador, casada com o Lucas e mãe do netinho de cinco anos, Presidente, o Antônio Campana Leitão, que coincidentemente, hoje, é o Dia de Santo Antônio. Então, aqui, a minha saudação a toda essa família. Rubens Campana registrou a época que o pai transitava bem entre as pessoas de todas as orientações políticas e apreciava a convivência com aqueles de quem discordava. Isabel Campana, emocionada, no artigo intitulado *Todas as lágrimas por Fábio Campana, meu pai*, descreve a felicidade pelo privilégio incomensurável de ser sua filha e de ser mimada por ele como só seu irmão e seu filho sabem

como é. Felicidade por ter sido, além de filha, amiga, confidente, crítica, discípula, cúmplice e fã. Agradecimento especial à deferência desta Casa, ao aprovar a nossa proposição para essa justa e merecida homenagem póstuma, pela trajetória pessoal e profissional do jornalista, escritor, poeta, publicitário e editor Fabio Campana, que nos deixou, transformando-se em saudade na noite de sábado, 29 de maio de 2021, aos 74 anos de idade, vitimado pelas consequências e complicações da Covid-19. Esta Sessão marca a passagem do primeiro ano do seu falecimento. O decano dos jornalistas, o amigo Aroldo Murá, seu amigo pessoal também publicou há um ano que o Fabio era um jornalista profissional, a quem o Paraná identificava como um essencial porta-voz do dia a dia do Estado e da sua gente. Alguém que reuniu a capacidade rara de fazer da comunicação diária um exercício de inteligência. Bordando o fato com a interpretação, que não dispensava o fundo olhar do exercício da inteligência, psicólogo social como era. Isso tudo acompanhado da alma do poeta e do romancista, que ousava envolver-se com a história para trabalhar seus magistrais personagens. A nota de seu óbito no jornal *Folha de São Paulo* descreveu no título que ele, sem economizar palavras, valorizou o amor à família. Na sequência, o texto registra que era dono de uma personalidade forte e caloroso nos sentimentos. Era de fácil amizade e tornava-se íntimo quando gostava de alguém. Valorizava o caráter e a índole da pessoa e não tolerava vulgaridades e o óbvio. Fabio tratou bem os afetos e tratou com firmeza os inimigos. A paixão por música, história, literatura, poesia e ficção também moveu sua vida. Em postagem datada de 24 de maio de 2020, escreveu: “Queria durar mais, pelo menos, durar um século. Paciência, inevitável, ela virá. Morreram os que eram quase imprescindíveis e mais importantes do que eu, para a espécie. Sossega, Fábio, só a morte é imortal.” Fabio Campana foi um profissional de grande influência no meio político paranaense, foi Secretário da Comunicação Social da Prefeitura de Curitiba; foi Secretário de Estado de Comunicação Social em três administrações, do Governo Estadual do Paraná nos anos 90. Foi editor do jornal *Correio de Notícias*, colunista e colunista dos jornais *O Estado do Paraná*, *Tribuna do Paraná*, *Gazeta do Paraná* e da *Gazeta do Povo*, além de comentarista das rádios *CBN*, *Band News* e da *Banda B* do nosso amigo

Luiz Carlos Martins. Também trabalhou como editor da extinta revista *Tensão* e do *Correio de Notícias*. Era editor da *Travessa dos Editores* e editor da revista *Etc. Ideias*, além de manter um conceituado *blog* em seu nome pessoal por 15 anos, com notícias sobre política e cultura no Paraná. Ele também atuava como colunista em uma rede de jornais do interior do Estado. Como publicitário, trabalhou nas agências *Equipe* e *Esclan*. No campo do *marketing* político, atuou em diversas campanhas para Governador do Paraná e em inúmeras campanhas para Prefeituras, além de ter dirigido a comunicação das presidenciais que elegeram dois Presidentes do Paraguai, nos anos de 93 e 98. Com sua meritória carreira profissional, como colunista e conselheiro político, Fábio Campana dedicou-se à literatura. Em dezembro de 2014, o Governo do Estado do Paraná o condecorou o jornalista com a *Ordem Estadual do Pinheiro*. Ele, acima de tudo, era um adversário do esquecimento, pois sabia que somos feitos desse material, a memória, e, indo além, habitamos nela, mesmo com todas as distrações da vida. Lutou contra a ditadura na década de 70, militando ao lado do advogado e hoje Presidente da Representação Central Ucraniana Brasileira, Vitório Sorotiuk. Para nós, em nome da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Casa da qual, inclusive, foi colaborador por tantos anos, reverenciar a memória do ilustre paranaense, comendador, natural de Foz do Iguaçu, Deputado Fruet, e que residiu na Capital do Estado desde os anos 1970, é uma forma de agradecermos à sua família, Denise, pela contribuição conjunta da obra do homenageado. Relembro ainda de seu tradicional chapéu, que fez marca viva durante sua trajetória, o qual não me sinto honrado para colocar. Concluo com citações da publicação do próprio Fábio Campana, *Palhaço das Ilusões Perdidas*, escrito por ocasião das festividades dos seus 70 anos. Texto alinhavado pelo afeto aos familiares e amigos, onde Fábio reconhece a maturidade e enaltece com vontade expressa de continuar fazendo a vida valer à pena: “Minha vida não foi monótona e devo reconhecer a vaidade às favas, que cheguei a cantar entre as palmas febris dos corações. Desde a infância esse verso da música me encanta. Enfim, encontrei a oportunidade de usá-lo. Não me julguem em fim de linha. A minha obsessão com a morte, às vezes, causa enorme confusão. Sigo firme, atento e forte e com muito

tempo para temer a morte. Mudei muito e não mudei nada. O mundo é que mudou demais. Sou obrigado a me virar para não ficar anacrônico e tenho cá minhas resistências. Às vezes, percebo que estou mais perto do meu avô de que meus filhos, culturalmente falando. A vida foi muito generosa comigo, deu-me afetos, deu-me filhos, Rubens, a Isabel, um neto, Antônio. Melhor não poderia ser, deu-me amigos, é verdade, que dos contemporâneos quase todo mundo morreu. Sou um sobrevivente e quando encontro outro da minha época, que ainda respira, não nos queixamos de dores e que tais, maldizemos os escombros de valores mortos. Fazem-me falta os amigos chegados que se foram. Eu os invoco na memória, na leitura, mas gostaria de conversar, gostaria da conversa da madrugada, aquela que só desenrola na madrugada.” Estimada Professora Denise Camargo, em seu nome, de sua família, do vasto rol dos amigos que aqui se fazem presentes, dos fãs, do imortal Fábio Campana, que, aliás, já estava com a indicação encaminhada para integrar a Academia Paranaense de Letras, com a vaga aberta com o falecimento do também jornalista, escritor e Ex-Deputado Léo de Almeida Neves, coincidentemente, também levado pelo vírus da Covid-19, em novembro de 2020. A nossa gratidão para sempre. Muito obrigado. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Neste momento, concedo a palavra à Dr.^a Denise Camargo.

DR.^A DENISE CAMARGO: Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar e agradecer ao Deputado Luiz Fernando Guerra que propôs essa homenagem e por meio de quem cumprimento todos os Parlamentares presentes. Agradeço ainda ao Sr. Eduardo Carbona, que foi um grande amigo do Fábio, trabalhou ao lado dele nos últimos anos e se dedicou à organização deste evento. Por fim, agradeço a todos que aqui estão pela presença e a todos os amigos que mantêm viva a memória do Fábio. É muito difícil fazer um discurso sobre o Fábio Campana, primeiro porque a dor de sua partida ainda é recente e me vejo emocionada com essa homenagem. Em segundo lugar, porque o Fábio era um exímio redator de discursos, ele raramente proferiu, ele próprio, esses discursos em público, pois sempre preferiu expressar-se pelo texto escrito. Mas, pelo diálogo que manteve

com tantas figuras que honraram esta Casa, um sem-número de pronunciamentos proferidos nesta Assembleia teve-o também como coautor. Ainda quando muito jovem, o Fábio foi aprovado em primeiro lugar em um concurso para trabalhar na Assembleia Legislativa do Paraná, em um episódio folclórico, o Deputado Aníbal Curi brincou à época que não gostava de realizar concursos da Assembleia, porque se referindo ao Fábio, muitos dos aprovados eram comunistas. Com o tempo, o Fábio e o Aníbal desenvolveram uma ótima relação de amizade e também um longo contato profissional entre jornalista e fonte. É muito simbólico que essa homenagem aconteça na Assembleia Legislativa, pois, como muitos de vocês sabem, a política foi a parte importante da vida do Fábio desde muito cedo. A atuação política dele começou ainda quando estava em Foz do Iguaçu, na juventude, e teve muitas expressões, passando pela militância do movimento comunista e depois no movimento democrático brasileiro, pela sua atuação como publicitário em campanhas eleitorais e como jornalista e cronista da vida paranaense durante décadas. Confesso a vocês que nem mesmo é possível contar o número de textos escritos pelo Fábio sobre o Paraná. Apenas em jornais diários ele publicou mais de 6 mil textos e, para além disso, temos ainda mais inúmeros artigos mais longos divulgados em revistas e também um grande número de textos que ele publicava na imprensa paranaense sobre vários pseudônimos, alguns dos quais ainda precisam ser descobertos. O Fábio possuía inúmeros interesses. Foi um apaixonado pela literatura, pela história, pelo cinema e pelo Clube Athletico Paranaense, e também, é claro, foi um apaixonado pela política, por política. As concepções do Fábio neste campo mudaram ao longo dos anos. Valores como democracia e a defesa de liberdades individuais se tornaram cada vez mais centrais para ele, por isso mesmo tinha grande apresso pelo papel social do Legislativo e dos Parlamentares. Com muitos membros da classe política paranaense, o Fábio travou um diálogo muitas vezes acalorado, mas sempre na busca de nos ajudar a pensar de forma mais profunda o próprio Paraná, o Estado que ele tanto amava. Os valores de defesa das liberdades e da democracia informaram a atuação dele nos diferentes campos, seja nos anos 80, quando atuou no Movimento Democrático Brasileiro, seja nos anos 90, quando foi

Secretário de Comunicação da Prefeitura de Curitiba e de três gestões diferentes do Governo do Estado, seja nos anos 2000, quando fundou, na travessa dos editores, iniciativa que buscou erguer o patamar cultural do Paraná, seguindo a visão do Fábio de que a cultura e a elevação do espírito possuíam papel fundamental na emancipação do ser humano. Além de redigir a crônica política diária, dedicou-se a vida toda à literatura. Escreveu poemas, contos, romances, publicou uma dezena de livros e ainda deixou alguns a serem publicados, como, por exemplo, um livro sobre os bastidores da política nativa e seus personagens. Dedicou enorme quantidade de energia para avançar a cultura do Estado, o que incluiu dedicação e generosidade em relevar novos escritores e poetas e em criar novas plataformas para expressão artística local. Fundou diversas publicações, como as Revistas Ideia e Etc., que também formam um notável corpo de conhecimento sobre a cultura local. É muito difícil tentar trazer aqui todos os elementos de um homem tão intenso, enérgico, inteligente e criativo, mas gostaria de finalizar esse discurso lembrando, de forma muito breve, algumas das principais ideias do Fábio sobre o Paraná. Primeiro, ele recordava que durante boa parte de sua história, a economia do Paraná foi marcada por ciclos relativamente curtos de prosperidade, como os trazidos pela exploração do ouro, pela extração do mate, pela madeira e pelo café. Em décadas mais recentes, o nosso Estado conseguiu consolidar ciclos de prosperidade mais duradouros e pujantes, por meio de uma base industrial admirável e de um agronegócio dinâmico. Em memória do Fábio, peço que não deixem de contemplar a necessidade de que essa prosperidade seja compartilhada por todos os paranaenses, sempre com olhar solidário e inclusivo. Além disso, ele gostaria de ver, incluídas como parte desse motor de prosperidade do Estado, cada vez mais as indústrias criativas e de produção de bens culturais. Para além das fábricas e da soja, existe também um Paraná de escritores, de cineastas, de atores, de músicos, de produtores culturais, que serão a base de uma próxima transformação da nossa economia. Segundo, queria compartilhar uma ideia do Fábio sobre a nossa identidade. Em 2004, o Fábio escreveu sobre os paranaenses. Somos de tantas origens e de tantas culturas que nenhuma se impõe às demais, para nos

dar um sentimento de identidade coletiva, de comunidade de destino comum. Esse processo não cessou. O Paraná recebe todos os dias gente que desistiu da vida em alguma parte do planeta e decidiu que esse é um bom lugar para recomeçar. Sentimo-nos paranaenses porque somos diferentes, embora sejamos um pouco de todas as tribos, de todas as raças, de todas as crenças, sendo tantos e nenhum, a negação do outro é também a nossa negação. E como uma terceira ideia, queria lembrar o que dizia o Fábio sobre a necessidade de... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor, som para a tribuna.

DR.^A DENISE CAMARGO: Já estou terminando. E como uma terceira ideia queria lembrar o que dizia o Fábio sobre a necessidade de expandirmos nosso horizonte como Estado. A jornada profissional do *marketing* político levou Fábio a atuar de forma muito intensa na política do Paraguai, coordenando a comunicação de duas campanhas políticas que elegeram presidentes no Paraguai. Fez também trabalhos na Argentina, mas os interesses do Fábio por esses lugares eram muito antigos, muito mais antigos. Retomava-se o avô Diego Vera, que ele tanto amava, nascido na Argentina, e a sua avó Vicenta, nascida no Paraguai. Em memória do Fábio, não deixem também de pensar sobre os bonitos laços que nos ligam com lugares que estão fora do nosso Estado. Concluo deixando aqui um registro sobre o Fábio como companheiro e amigo. O Fábio amou muito a sua família, os seus filhos Izabel e Rubens, seu neto Antonio e seus muitos amigos, vários dos quais já nos deixaram e alguns que estão aqui e que ele ficaria muito feliz de vê-los. As emoções do Fábio eram generosas e sem limites e o interesse dele por tudo que é humano o levava a se conectar de forma profunda com as mais diferentes pessoas. De tudo que pude registrar aqui hoje, gostaria de dizer que esse é um lado do Fábio que não é tão facilmente colocado em palavras. A sua capacidade para o afeto, a sua amizade e o seu amor são, sem dúvida, o maior legado que ele deixa para aqueles que desfrutaram da convivência próxima com ele. Nossa

gratidão ao Deputado Luiz Fernando Guerra, que nos oportunizou rememorar e contar essa história. Obrigada a todos. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vou suspender a Sessão por alguns instantes, para que façamos a entrega à família da Menção Honrosa em homenagem póstuma pela trajetória do jornalista Fábio Campana e também para fazermos os registros fotográficos.

(SESSÃO SUSPensa.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão. Antes de anunciar o primeiro orador inscrito, vamos fazer aqui o registro do aniversariante do dia, nosso querido amigo Deputado Nelson Justus. Aniversariante no dia 13 de junho, ainda bem que Santo Antônio não precisa agir, não é, Nelson!

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): *Pela ordem.* Além de parabenizar o Deputado Nelson Justus pelo aniversário, muita saúde e felicidades a ele, queria parabenizar a Deputada Luciana Rafagnin que ganhou, ontem, a Meia Maratona Internacional de Curitiba de 21 quilômetros na categoria de 54 a 59 anos. Parabéns, Deputada Luciana. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não conhecia essas qualidades da minha conterrânea lá de Beltrão. Primeiro orador inscrito, Deputado Michele Caputo, com a palavra.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^{os} Deputados: Michele Caputo; Adelino Ribeiro; Galo; e Professor Lemos.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Boa tarde, Presidente Traiano, Deputadas e Deputados, todos que nos acompanham pelas mídias sociais da Assembleia e também aqui no Plenário. Sejam sempre muito bem-vindos. Quero falar hoje sobre um Projeto, o Item 6 da pauta, hoje em primeira votação, que fala do reconhecimento, que já havia sido proposto pelo Deputado Tadeu Veneri, dos

condutores de ambulância do Paraná. Depois fiz um também falando da habilitação e da qualificação dos condutores de ambulância. Fiz isso demandado que fui pelo Sindconam, que é o Sindicato dos Condutores de Ambulâncias do Paraná, que estão representados hoje aqui, na Tribuna, pelo Presidente José Cunha, pelos Diretores Edson e Diretor Marcos, representando os milhares de condutores de ambulâncias por todo este Estado. Conduzir uma ambulância é um ato de muita responsabilidade, não pode ser avaliado como alguns municípios têm feito só pela carteira de motorista. Exige-se curso para quem transporta cargas, que no caso são seres humanos, que não podem ser tratados como uma carga qualquer. É preciso muita qualificação, é preciso atualizações frequentes e alguns municípios do Paraná – já temos essa informação – estão usando o cargo de motorista de ambulância para colocar pessoas da sua relação, para indicar apadrinhados políticos, gente que não tem a qualificação devida para tamanha responsabilidade que é conduzir uma ambulância. Inclusive a Associação Nacional dos Condutores de Ambulância, Deputados e Deputadas, entrou com uma representação no Ministério Público Federal do Trabalho e esse Ministério Público Federal do Trabalho fez algumas recomendações extremamente importantes. Quero citar duas: uma delas que a Polícia Rodoviária Federal fizesse uma fiscalização dentro da sua rotina de trabalho, de forma especial com as ambulâncias, para ver quem está conduzindo, qual a sua habilitação e qual a sua qualificação. E também pediu ao Ministério da Saúde que orientasse seus gestores, em todas as instâncias, para que fizesse o registro no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde. Isso é uma coisa muito séria. Temos relatos, que o Sindicato me passou hoje, em audiência, assustadores, com relação à gente despreparada, que não tem o menor cuidado para mexer com os pacientes e com seus familiares. Peço o apoio de todos. Quero agradecer ao Deputado Marcio Pacheco que fez o relato na CCJ. Todos os que na CCJ votaram a favor pela constitucionalidade e também agradeço e peço o apoio de todos vocês a esses que são profissionais de saúde, de forma especial ao nosso Presidente Nelson Justus, que faz aniversário. Um homem muito educado e elegante que, além de tudo, mandou bolo para todos os nossos gabinetes. Quero agora falar de um

assunto que, este não é muito agradável. Na sexta-feira houve um acordo no Ministério do Trabalho entre a direção do Tecpar e os funcionários que são celetistas. E já havia uma condenação para que o Tecpar pagasse o reajuste 18/19 e 19/20, e houve esse acordo, o Tecpar vai fazer os pagamentos e isso louvamos. Mas há também, com isso, a demanda de 20/21 e de 21/22. Se houve por parte da PGE, por parte de outros setores do Governo a autorização já reconhecida em próprio juízo do pagamento dos anos de 18/19, 19/20, seria importante o Tecpar voltar a negociar e programar e parcelar – mesmo que com parcelamentos –, essa proposta para o pagamento que é devido de celetistas do Tecpar. Os profissionais do Tecpar fazem um trabalho extremamente louvável. Inclusive é um local onde se produz a vacina antirrábica, além de outros produtos imunobiológicos e soros extremamente importantes à vida e à saúde. São profissionais que trabalharam muito na pandemia e logo no início eu havia sugerido ao Governador Ratinho Junior, aqui desta Tribuna, e ele recomendou à época e o Tecpar produziu quando faltou, Bazana, o álcool em gel, naquela época que sumiu logo no início da pandemia. São profissionais altamente qualificados, gente que é muito difícil de substituir de imediato, que... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Michele, um minuto para concluir.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Um minuto, Presidente. Obrigado. E, concluindo: são profissionais que precisam dessa atenção por parte da direção do Tecpar. Se já houve o reconhecimento, se já houve da própria PGE o reconhecimento da necessidade desses pagamentos, por que não continuar as negociações e conduzir os pagamentos que faltam – 19/20, 20/21, desculpa, 20/21, 21/22. Obrigado. Bom trabalho a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Adelino Ribeiro, pelo PSD.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSD): Senhor Presidente, Deputado Ademar Traiano, cumprimento também o meu companheiro de Partido, Deputado Bazana,

meu companheiro de Partido também Romanelli, que está aqui na Mesa. Os três fazem parte do meu Partido, que estão na Mesa. Senhor Presidente, satisfação em estar de volta, eu que fiquei por, acho que uns três dias fora deste Parlamento, por uma ação do Supremo Tribunal Federal. Ação de um Juiz. Como cristão, não torço para nada dar errado para nenhuma pessoa. Acho que o Deputado Francischini fez 400 e poucos mil votos, procurou o eleitor, o cidadão paranaense votou nele. Desejo sucesso sempre para as pessoas, nunca o insucesso. Como cristão penso assim. O que houve nesse fato foi, na minha visão como cidadão, uma tacada de um ministro fora de um conceito na minha visão, porque um colegiado de sete ministros definiu uma ação e em uma ação monocrática de um Juiz, praticamente tira toda uma situação do Judiciário do meu País. Falo porque quem me conhece sabe da minha linhagem. Eu, por exemplo, sou eleitor do Bolsonaro, não tem problema nenhum falar isso. Sou eleitor do Bolsonaro. Agora, o que aconteceu nessa votação é uma briga política entre um grupo político, em cima de uma ação do Supremo Tribunal Federal. Lamentável o que aconteceu. Que bom que ainda há pessoas que a Justiça não pode estar... ela tem de estar sempre nos momentos certos para poder fazer as correções. Não é possível ficar acima da Justiça, não! Tem de ser feita essa correção. Então, fico aqui tranquilo, consciência tranquila do que podemos fazer. Queria deixar aqui essa mensagem, Bazana, eu, você, o Elio Rusch e o Deputado Nereu, que vamos representar os votos do Deputado Francischini aqui, porque é legítima a sua representação, mas vamos aqui representar, mas não os 400 mil votos dele, mas a ação desse Parlamento. Toda vez que precisar do Deputado Adelino, estarei aqui firme e forte para defender os princípios que acredito que as pessoas têm de fazer como Parlamentar. Então, não tenha dúvida nenhuma, Deputado Francischini, de que aqui já tive a oportunidade de ser companheiro seu de partido. Não estou no mesmo partido, mas tenho uma linhagem muito boa, desde quando a minha família me colocou na política, sempre com pensamento positivo naquilo que acredito que deve ser feito, e estarei à disposição para poder, neste Plenário, defender algumas ideias de V.Ex.^a. Então, tirando a parte que houve no Supremo Tribunal Federal, acredito que fez justiça uma ação que ia sendo feita, na minha

visão, errada, mas, infelizmente e felizmente, houve a correção a tempo ainda por meio do Supremo Tribunal Federal. Então, desejo ao Nereu, ao Deputado Elio Rusch e ao Bazana sucesso, meus irmãos! Estamos juntos. Sei que o que buscamos na urna... Fiz quase 40 mil votos na última eleição, eram de pessoas que realmente tinham a vontade de ver este cidadão aqui representá-lo no Estado do Paraná, sem demagogia nenhuma. Justiça seja feita quando é para ser feita, em um momento tão importante. E, para mim, tudo na minha vida, Bazana, é difícil. Tudo para o Deputado Adelino, tudo é mais difícil. Um menino filho de foguista, 25 anos vendi loteria na minha cidade em Cascavel, sei o quanto demorou para eu chegar ao Parlamento. Estou aqui cumprindo o meu destino, que Deus me deu a oportunidade de cumprir o meu terceiro mandato, com muita fé e muita luz. Torço para que o Deputado Francischini tenha sucesso na sua vida. Não desejo mal a ninguém, ele sabe disso. Como cristão, que Deus possa abençoar ele, que ele realmente cumpra a sua missão de continuar fazendo o bem ao cidadão paranaense. Então, muita gratidão. Queria aqui cumprimentar, Sr. Presidente, vim aqui na segunda-feira, cedo aqui, cheguei cedo e já tinha tomado posse. Sei que o tratamento que deram ao cidadão Adelino aqui, no dia em que cheguei aqui sem mandato, por 24 horas, sei o quanto que é importante, porque construí aqui um grupo de pessoas, de amigos, de pessoas que respeitam esta liderança. Então, fico muito feliz. Cheguei ao gabinete do Deputado Traiano... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Adelino, por favor, para concluir.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSD): Para concluir. O mesmo respeito, o Romanelli a mesma coisa, as pessoas. Então, fico muito feliz que realmente conseguimos voltar por meio dos três a dois, não é, Bazana, sei o quanto que é. Nem assisti à votação. Estava no trânsito. Quando vi o Traiano já tinha mandado a mensagem para o Adelino, falou que era para voltar. Que bom, não é, Traiano, que nós como do PSD aqui, unidos até na hora de dar a notícia. Muito obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Seja bem-vindo, Deputado Adelino, Elio Rusch, Bazana e Nereu Moura! Aliás, o Deputado Elio Rusch tem uma convocação para ir para o *Fantástico*. Ele já tomou, neste período aqui, já tomou quatro posses. Então, ele já ultrapassou os limites do fantástico, tem direito a música diferenciada. É a quarta posse do Deputado neste mandato. Próximo orador, pelo PP, Deputado Galo. Estou vendo os alunos aí de Comunicação na sala de imprensa. Se desejarem vir fazer algumas fotos e registros aqui no Plenário fiquem à vontade, podem vir aqui.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, demais membros da Mesa Diretora, Deputadas, Deputados, todos que estão aqui em visita, nossas galerias, sejam todos bem-vindos e bem-vindas! Quero colocar dois momentos aqui na minha fala. A primeira é agradecer a TCP, Terminal de Cargas Portuárias de Paranaguá, Terminal de Cargas de Paranaguá, TCP, na pessoa do jovem, o Diretor Dr. Gabriel, pelo feito da liberação de R\$ 306 mil para construção da escola da Ilha do Amparo, a nova escolinha Paulo Lopes, lá da Ilha do Amparo. Uma luta grande, mas com a participação do TCP. Muito grato ao Governador Ratinho Junior, ao Renato Feder, por essa conclusão com o TCP, o maior terminal de cargas da América do Sul, que vai construir, já começaram os detalhes para construção da nova escola na Ilha do Amparo. Dito isso, Guerrinha, parabéns pela homenagem ao nosso querido Campana! Parabéns, Nelson Justus! Mandou bolo, muito bom, tem gente que foi cavoucar o bolo para ver se tinha o Santo Antônio lá, mas vamos para frente. O assunto agora é o seguinte: você vem por uma avenida. Vamos colocar a Avenida Nossa Senhora da Luz, Alto da XV. Lá vem você! Na sua frente, você fica olhando às vezes para esquerda, às vezes você dá uma olhadinha para a direita, por causa do trânsito, e o que você vê na frente? Uma árvore bonita antes de chegar à esquina. Nessa árvore tem um tesouro. É. Passando a árvore, prezado Deputado Bazana, há um cofre. Não, não é um cofre, é um segredo. Não, não é segredo, é um tesouro. Não, não é um tesouro. Ah, é um caixa eletrônico. É. Suspenso um caixa eletrônico lá no alto. Atrás de uma árvore tem o quê? Um caixa eletrônico, mas quem pode sacar o dinheiro é só a Prefeitura de Curitiba. O que tem lá é um caixa eletrônico. Não, não é caixa

eletrônico. Desculpa, estou sendo traído pela memória hoje. É um novo radar. Mas queria perguntar à Prefeitura de Curitiba por que esse radar fica atrás de uma árvore? Para quem está indo na sua mão tem uma árvore. Coladinho com essa árvore tem um cofre, mas não é cofre, desculpe, tem um tesouro. Não, lá tem um caixa eletrônico. Ora, Prefeitura, está virando piada. Senhor Prefeito Municipal Rafael Greca, V.Ex.^a virou piada. Em todos os cantos de rede social que abrimos está lá o senhor: *Ah, plantei uma árvore e nasceu um pé de... radar*. É necessário que isso tenha uma maneira mais diferenciada: radar educativo. É, mas aí não fatura, não tem meta. Era só para ver se o cinegrafista se ligava. Ele está olhando para cima, *cara*, não olha para cá. Então, o detalhe é o seguinte: se temos radar. Espera aí, vamos parar um pouquinho para ver a foto aqui do Presidente. Só um instante. O Presidente está fazendo a foto com os alunos de... Alunos do quê, Romanelli, os alunos? Comunicação? Alunos de comunicação? Retornando aqui, então, o assunto. Daí você edita aí, Lucas, retornando ao assunto. Árvore tudo bem, que bom termos árvore. Agora, ter radar atrás de árvore? Pode ser cansativo o Galo vir falar todo dia aqui e quando tem Sessão, mas alguém tem que falar. Alguém tem que *dar um cacete*, tem que falar, tem que *sentar a pua*, tem que arregaçar, para que cessem os radares punitivos, os radares em nossa cidade. Já estamos na casa... Quantos aí, Lucas? Quantos radares? Duzentos e cinco radares dentro de Curitiba. Ora, isso dá impressão que estamos o quê? Em uma indústria. Tenho falado isso aqui. Pergunta para o povo: radar atrás de uma árvore sendo implantado... Esperar o Presidente me dar aqui um minuto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Galo, por favor, para concluir.

DEPUTADO GALO (PP): Sim, senhor, Sr. Presidente. Então, nesta segunda-feira, *Dia de Santo Antônio*. Viva, Santo Antônio! Vamos fazer uma oração para Santo Antônio e quem sabe Santo Antônio possa ir até à Prefeitura de Curitiba dar uma iluminada e dizer: *Não, não, não, radar atrás de árvore não pode, tem que ter sinalização*. É Lei. Não precisa nem fazer Projeto de Lei para avisar. *Pô*, parem de ferrar o povo, gente! Vocês na Prefeitura têm que avisar o tempo todo: *Atenção*,

radar! Atenção, radar! Atenção, radar! Chegou o radar! Radar tem que ser educativo, não punitivo. Era isso. Uma boa semana. Um bom dia de Santo Antônio, meu querido Nelson Justus, você realmente é diferenciado. Mais uma vez, meus cumprimentos ao nosso querido lorde. Viva, Nelson Justus! Obrigado, Sr. Presidente. Vida longa!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pelo PT, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo em que cumprimento os nossos visitantes, estamos com a presença de estudantes. Sejam bem-vindos e bem-vindas à Assembleia Legislativa. Quero cumprimentar todos e todas também que acompanham pelas redes sociais, pela televisão da Assembleia esta nossa Sessão. Hoje quero tratar aqui do edital que o Secretário da Educação publicou para selecionar professores para trabalhar no Estado no ano de 2023. Esse edital traz alguns critérios que dificultam a participação dos nossos professores na seleção para continuarem trabalhando no ano que vem. Então, isso está trazendo muitas preocupações e uma delas é o custo. O Estado gastará mais de R\$ 6 milhões para organizar essa seleção, quando o Estado não tinha essa despesa, não gastava! É desnecessário dispensar R\$ 6 milhões para fazer essa seleção. Ao longo de mais de 10 anos o Estado sempre fez a seleção para fazer a seleção, analisando os títulos, analisando o tempo de experiência que esse professor ou essa professora já tem no Estado, fazendo as pontuações e distribuindo essas aulas conforme a classificação, e deu sempre certo. Já em 2020 o Secretário criou um modelo de seleção contratando uma empresa privada para fazer a seleção. Agora ele propõe isso novamente e com inovações, exigindo que o candidato ou a candidata tenha que fazer um vídeo que vai de oito a dez minutos e muito difícil porque tem um custo, já tem empresas se oferecendo, Deputado Tadeu Veneri, para produzir o vídeo para esse professor ou para essa professora, para esse candidato ou para essa candidata. Além de cobrar taxa de inscrição, tem que contratar uma empresa para fazer esse vídeo e para ele subir

na plataforma ele é pesado, demora mais do que um dia para fazer subir um vídeo como esse. Então, está criando dificuldades e está onerando os cofres públicos. A APP fez reunião com o Secretário, estavam presentes representantes também dos colegas professores PSS, relataram ao Secretário que isso é desnecessário, que também essa medida pode retirar alguns colegas que são bons professores, colocando esses colegas fora da escola, no olha da rua. Estamos preocupados! Não queremos que esse edital prevaleça. Fazemos um apelo ao Governador, que solicite ao Secretário da Educação que reveja esse edital, porque ele está preocupando muito os nossos colegas professores que vão precisar passar por essa prova como se fosse necessário e não é necessário, os nossos colegas professores já atuam há anos como PSS e não atuam como estatutários porque o Estado não fez concurso público, não fez nenhum concurso público há vários anos. Então, queremos, sim, concurso público, aí vamos fazer prova, vamos fazer toda a avaliação completa, terá despesa, sim, mas para concurso público para ingresso na carreira. Não é concurso público, é desnecessário o que o Estado, por meio do Secretário da Educação, está propondo. Fica aqui o nosso protesto. Mais do que isso, estamos com a APP-Sindicato denunciando isso no Ministério Público e queremos uma ação civil pública movida pelo Ministério Público contra esse absurdo que é esse edital que só onera os cofres públicos e prejudica os nossos professores e professoras PSS do Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Professor Lemos, um minuto para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Já conclui, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, pelo PL, na Liderança do PL, Deputado Ricardo Arruda.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Ricardo Arruda (PL); Tadeu Veneri (PT); Homero Marchese (REP); Arilson Chiorato (Oposição); e Tiago Amaral (Governo).

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputados e Deputadas, aqueles que nos acompanham aqui na Assembleia e também pela *TV Assembleia* e demais mídias. Bom, ouvi hoje a fala aqui do nosso colega Deputado Adelino, que para nós é sempre uma honra recebê-los aqui nesta Casa por uma decisão judicial a meu ver totalmente irregular. Não essa aqui que foi derrubada no retorno do Deputado Francischini. Nunca houve no Brasil alguém cassado por *fake news*, por falar... ele ainda era um Deputado Federal, onde ele abriu uma *live* quando faltavam 20 minutos para se encerrar a votação de 2018, foi o mais votado e aí vem novamente o Tribunal Superior Eleitoral e, no final de um mandato, vem e cassa o Deputado e com ele caíram mais alguns. Isso aí foi uma aberração jurídica, Deputado Traiano! Isso é uma vergonha jurídica no nosso País. E não foi para atacar o Deputado Francischini, não, foi para atacar o Presidente Bolsonaro, porque o TSE e o STF querem legislar, querem criar leis e não são Parlamentares. Alguém já ouviu falar em alguma lei *fake news*? Existe essa lei? Não existe. Por isso a nossa desconfiança total no STF e no TSE. É vergonhoso o que eles estão fazendo em nosso País! Vou relembrar alguns fatos aqui a respeito de urna eletrônica. Em 1999, o Deputado José Dirceu propôs o PL 1.696/1999 visando criar uma Comissão para acompanhar o processo eletrônico de votação no Brasil, ou seja, antes da eleição do Lula, o José Dirceu já desconfiava das urnas eletrônicas. Em 2014 tivemos um problema na eleição da Dilma e do Aécio e o PSDB concluiu que não haveria uma maneira de fazer alguma auditoria nas urnas eletrônicas, sugerindo que o processo fosse acompanhado pelo voto impresso. Em 2017 foi aprovada uma emenda de uma minirreforma eleitoral capitaneada pelo então Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro que teve 436 votos a favor do voto impresso. A então Presidente Dilma Rousseff vetou e 368 Deputados e 56 Senadores derrubaram o veto. Vejam que a maioria sempre foi a favor da urna eletrônica com o voto impresso, que nada mais é do que uma evolução da urna eletrônica que dá mais transparência e credibilidade na votação. Ou seja, estava saindo inclusive nos portais do Senado nessa época, e da Câmara, que teríamos o voto impresso em 2018, inclusive com vídeos constando Gilmar Mendes, o Ministro Gilmar Mendes fazendo declarações

positivas, a favor de um protótipo de uma urna eletrônica com o voto impresso. Infelizmente, não sei por que, vocês que não acompanham imaginem o porquê, em 2018, o STF mudou o entendimento e derrubou, alegando que haveria o risco de quebra de sigilo do voto. Olhem que absurdo! Como que uma urna eletrônica, com o voto impresso, vai ter quebra do sigilo do voto, se o comprovante, o voto impresso, fica dentro da urna? Seguimos! Nessa legislatura, a PEC-135, da Deputada Bia Kicis, PEC que certamente seria aprovada e que, inclusive, Deputados de esquerda são a favor do voto impresso. Mas o Barroso, olha só, o Ministro Barroso, o que ele fez, Deputado Arilson, se tem cabimento isso? O Ministro Barroso se reuniu com 11 presidentes partidários, em uma clara interferência no Legislativo, quando o Judiciário deveria ser inerte e acabou que o projeto não foi aprovado. Nunca uma Suprema Corte ou um Tribunal Superior Eleitoral se envolveram para fazer politicagem, para aprovar ou não um projeto dentro da Câmara Federal. Em 31 de agosto de 2021, as Forças Armadas são convidadas pelo TSE a fazerem parte do processo eleitoral. O Fachin começa a dizer que o processo eleitoral tem que ser liderado pelas forças desarmadas. Por que o TSE convidou e depois começou a jogar contra? Sabem por quê? Porque as Forças Armadas fizeram um relatório com vários questionamentos sobre as urnas eletrônicas, sobre a segurança e transparência das urnas eletrônicas. Então, meus colegas, se forem ligados os pontos, dá para perceber que esses Ministros são os que já prenderam um Deputado, Daniel Silveira, por falar, descumprindo ou rasgando a Constituição, no que tange o art. 53. Prenderam também um presidente partidário, Roberto Jefferson, porque ele se expressou e incomodou os Ministros. Prenderam jornalistas. Cassaram um Deputado do Paraná, o Francischini. Inventaram uma Lei de *fake news*. Gente, o que está acontecendo aqui? Vivemos uma ditadura do Judiciário ou não? A nossa Constituição Federal ainda vale ou não? Até quando permitiremos esse abuso de poder? Pergunto, quem está fazendo ataque à democracia? Quem é que espera fazer um golpe nessas próximas eleições? Tanto é que agora o Fachin está reunindo os 70 embaixadores para validar as eleições de 2022. Eu e milhões de brasileiros temos uma grande preocupação com essas urnas eletrônicas sem

transparência. Outra atitude do STF, que diz que vai prender ou cassar a candidatura de quem falar mal das urnas. Como assim? Então, não temos mais direito de nos expressarmos no Brasil? Vivemos já em uma ditadura? Outra coisa surreal que aconteceu no STF, que não pode deixar de ser falado aqui. Vejam só: o STF aprova uma regra que limita os votos de Ministros indicados por Bolsonaro. Como assim? Então, o Ministro que é agora colocado lá e foi aprovado como Ministro, ele não tem a mesma autoridade e o mesmo poder para votar, porque dizem que os processos que estavam em andamento, esses Ministros não podem votar. Ora, isso é uma vergonha! Então, todos os processos que tendem a ajudar o PT, e a maioria dos Ministros foram indicados pelo PT, esses, sim, deveriam estar em suspensão para não votar. Só deveriam votar os novos Ministros, é o contrário. Eles mudam as coisas. Os novos Ministros são imparciais com os processos antigos e para eles, não. Eles seriam parciais para ajudar o Bolsonaro. Porém, a grande maioria dos Ministros que foi indicação do PT, esses podem votar à vontade. Podem “descondensar” um sujeito que foi investigado, condenado e preso. Condenado em primeira, segunda e terceira instância também pelo STJ. Esse, eles podem mudar, aí não há suspensão, mesmo sendo todos eles indicação de Dilma e Lula. É essa a vergonha do Judiciário que vivemos aqui. Então, a preocupação é legítima? É legítima. O povo tem direito de se expressar? Tem. Dia 31 de julho estaremos todos os brasileiros de bem, patriotas, conservadores, quem ama o Brasil, quem ama a liberdade, estaremos nas ruas, sim, manifestando-nos democraticamente, diferentemente do que a grande mídia vai dizer; diferentemente do que o Ministro Alexandre de Moraes vai dizer, que para ele movimento de rua é antidemocrático. Agora, “descondensar” alguém, prender um jornalista, prender um Deputado, isso é ato democrático na cabeça dele, mas não é o que a nossa Constituição Federal diz. Repito, aqui. Vai faltar um minuto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, para concluir, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Repito, aqui, todos nós, brasileiros, somos iguais perante a lei. Não tem nenhum Ministro, seja do Supremo ou de onde for, que seja superior a algum de nós. Eles não estão acima da lei. Embora estejam rasgando a Constituição, *deitando e rolando*, fazendo a lambança que estão fazendo e envergonhando o Judiciário no nosso Brasil, não internamente apenas no Brasil, perante o mundo. Essa vergonha já correu os quatro cantos do nosso País. Tenho certeza de que em breve voltaremos a ter uma democracia em nosso País. As nossas eleições só serão realmente feitas com transparência e legitimidade. Não do jeito que uma minoria quer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, pela Liderança do PT, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Senhor Presidente, quero aqui, da mesma forma como fez o Professor Lemos, também registrar o espanto que estamos sendo tomados, Professor Lemos, pelas exigências feitas pela Secretaria da Educação e, obviamente, pelo Secretário da Educação, Sr. Feder, quanto à necessidade para o novo Processo Seletivo Simplificado, PSS. Primeiro, de todos os anos tem que pagar as taxas, o que já faz com que milhares de pessoas tenham que desembolsar um valor, sem saber se serão ou não qualificadas. Mas essa é uma exigência, talvez, menor diante do quadro que estamos vivendo. O que me surpreende muito é o fato, como já foi relatado aqui, de ter que apresentar um vídeo, fazer um vídeo, com as suas pretensões, com as disciplinas, Professor Lemos, que pretendem trabalhar, com o tempo determinado para esse vídeo e com um agravante. Como temos uma lei que determina a proteção de dados, o *YouTube* não aceita que esse vídeo seja enviado, em grande quantidade, como está sendo, à Secretaria da Educação. Esse processo, que deve vencer aqui nos próximos dias, as inscrições, está fazendo com que muitos dos profissionais da educação, que poderiam se habilitar, não o façam. Primeiro, por conta de toda a situação confusa que está existindo. Segundo, porque o próprio *YouTube*, Deputado Nelson Justus, o senhor que é um dos aniversariantes, hoje, o próprio *YouTube* não aceita que se faça esse tipo de

vídeo. Acredito que o senhor nunca viu isso na sua vida. O pretendente a um cargo público, faz um vídeo dele mesmo falando sobre as suas qualificações, falando sobre o que pretende, fazendo um período de uma simulação de uma aula, enviando para a Secretaria, para a Secretaria analisar. Aí o *YouTube* não aceita porque é uma quantidade tão grande, que ele entende que estamos quebrando aquilo que determina a Lei de Proteção de Dados. Falei hoje com o nosso Secretário e também falei com o advogado da Comissão de Direitos Humanos. Vamos buscar o Ministério Público, para que nos próximos dias, Professor Lemos, possamos dar entrada em uma notificação no Ministério Público para que ele busque fazer com que a Secretaria de Educação explique qual a razão disso. Quer dizer, é olhar lá se o Professor Lemos de fato sabe falar. É olhar se o Professor Lemos tem um currículo. É olhar se o Professor Lemos pode apresentar um aula *on-line*. Ora, isso não está em lugar nenhum do Brasil, sendo feito. Parece que o Paraná tem uma mania de querer inovar naquilo que prejudica a educação de forma geral.

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Concede um aparte, Deputado?

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Pois não, Deputada Luciana.

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Quero parabenizar V.Ex.^a pela fala e por ter essa preocupação com os nossos professores que estão sendo contratados neste momento. Quando falamos na questão do PSS e o que V.Ex.^a está falando, ouvi muitas reclamações, inclusive de professores que têm problemas, inclusive problema facial. Como que vai gravar um vídeo, como que vai se expressar nesse vídeo, quem estará analisando esse vídeo, de que forma que analisará essa aula que esse professor está dando? No entanto, não está olhando a questão do currículo, não está olhando os títulos que tem esse professor e, sim, uma expressão facial que está sendo gravada no vídeo neste momento. Então, é muito preocupante o que V.Ex.^a coloca, é muito preocupante o que o Secretário da Educação vem fazendo com a educação do Estado do Paraná. E outro dado que nos preocupa muito, Deputado Tadeu, vem com relação à forma como estão

sendo contratados os professores e que todo ano precisam fazer essa prova e como esse professor consegue pensar uma qualidade maior da educação, ele não consegue ter segurança nenhuma, ele não sabe o que vai acontecer com ele praticamente no mês seguinte, mas principalmente no ano seguinte. Então, como que ele também consegue pensar uma educação de qualidade dessa forma? Então, parabéns pela sua preocupação. Realmente não podemos deixar que isso continue acontecendo no Estado do Paraná, onde os professores estão sendo submetidos então a esse vídeo e também a essa prova. Queremos que volte a questão da titulação, que seja dessa forma a contratação, ou então que o Governo do Estado faça concurso. Obrigado, Deputado.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Obrigado, Deputada Luciana. E o que me traz aqui, Sr. Presidente, é obviamente a constatação, Deputado Fruet, daquilo que há muito tempo já estamos falando. O Brasil, dos 112 milhões de pessoas que estão passando fome, dos 31 milhões de pessoas que passam fome todos os dias, é o Brasil que está hoje em todos os jornais, em todas as pesquisas feitas. Uma das matérias diz, na área de economia: “Rendimento dos brasileiros é o menor desde 2012. Desde 2012 o rendimento dos brasileiros não é tão baixo”, aponta o IBGE. No segundo ano de pandemia, em 2021, o rendimento médio dos brasileiros caiu para o menor patamar registrado desde 2012. De acordo com o IBGE, o rendimento médio mensal domiciliar *per capita* em 2021 foi R\$ 1.353,00. Em 2012, primeiro ano da série histórica da pesquisa, esse rendimento era equivalente a R\$ 1.917,00. Em 2020, no primeiro ano da pandemia, era de R\$ 1.454,00. Isso mesmo com aquele auxílio emergencial, que, como foi dito, auxílio emergencial é emergencial, o que temos hoje é um número menor de pessoas recebendo auxílio emergencial, um número maior de pessoas passando fome e o Governo tentando achar milhares de justificativas, Jair Bolsonaro dizendo que isso é um problema que está por conta da guerra da Ucrânia, ou por conta da seca, ou por conta disso ou daquilo. E no Paraná não é diferente. O Paraná é o Estado mais desigual e com menor renda média da região Sul, Sr.^s Deputados. O Estado que em 2021, 1% da população com maior rendimento mensal recebia, pasmem senhores, Professor Tercílio, 1% recebia 149 vezes mais que os 5% que o menor ganham.

Enquanto metade da população reparte 19,3% do “bolo”, 1% mais rico concentra 9,5% de toda a massa de rendimentos. Este é o Estado do Paraná, com o menor rendimento da região Sul, o Estado que tem a maior concentração de renda e o Estado que parece que o Governador ignora tudo isso quando pretende continuar acreditando que R\$ 15 ou R\$ 17 bilhões de renúncia fiscal de incentivo, ou seja o nome que quiser dar, conserta a desigualdade. O Paraná é um Estado tão desigual, que quando falo que 10% dos ricos comem mais do que 1/3, comem 1/3 do bolo das rendas, esses dados, que são dados também do IBGE, mostram que a desigualdade no Estado do Paraná, na região Sul o Paraná apresenta o pior resultado, atrás de Santa Catarina, que tem 0424 do Gini, Rio Grande do Sul, com 0468. No Brasil, Rondônia com 459, Mato Grosso 461 e Goiás 467, também apresentam índices menores, mas estamos falando de estados, Rondônia, Mato Grosso, são estados extremamente inclusive dependentes de uma única fonte, que é a agricultura, ou o agronegócio. E é estranho que justamente no Estado do Paraná, onde se faz Loas ao agronegócio, onde se diz que o agronegócio é a grande solução para tudo, o mesmo agronegócio que depende de incentivos fiscais, tenhamos, Deputado Galo, uma situação tão trágica, tão trágica a ponto de mostrar que nesse Estado aqui, o que mostrou a pesquisa nacional de amostragem domiciliar, sobre o rendimento, continuamos abaixo e somos o Estado que além de estar abaixo de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, somos o Estado que tem uma das menores rendas do País. Como se explica isso? Como explicar que um Estado que tem um orçamento de quase R\$ 70 bilhões, que em quatro anos faz R\$ 55 bilhões de incentivo fiscal, o Estado que tem o agronegócio dito como um dos mais pujantes, senão o maior, o mais pujante do Brasil, que é um dos maiores produtores de soja, que é o primeiro, ou o segundo maior produtor de milho, que tem toda uma estrutura em uma série de outras atividades que são muito superiores aos demais estados, como explicar então que a renda seja tão baixa? Tem uma explicação, não uma apenas, mas uma das explicações, é um Estado que com a sua política concentradora de renda, e não distribuidora de renda, faz com que cada dia que passa tenhamos mais pessoas passando fome, mais pessoas na miséria e mais pessoas não tendo exatamente como saber

como será o seu dia de amanhã. Enquanto isso, do outro lado, temos alguns, com Santa Catarina, alguns dos maiores bilionários do Brasil, alguns dos maiores bilionários do Brasil, que fazem uso do Estado para aumentar a concentração de renda. E aí, não adianta, para fechar isso aqui, Sr. Presidente, não adiante reclamar... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Não adianta reclamar quando temos ocupações como estamos tendo hoje no Tatuquara, onde a Polícia está lá inclusive, não permite que as pessoas entrem, querem que as pessoas saiam daquela área, a área é irregular, a ocupação é irregular. Mas o que as pessoas vão fazer? Vão para onde? Famílias inteiras não têm o que comer, não têm emprego, não têm renda, não têm perspectiva nenhuma. E o que me surpreendeu mais, Deputado Homero, o senhor que é um liberal, foi a última entrevista dada pelo Presidente Jair Bolsonaro e pelo seu posto de gasolina, ou posto Ipiranga, quando ele faz um apelo pedindo para que os donos dos supermercados não aumentem os seus preços. Mas para quem dizia que o mercado resolvia tudo, que o liberalismo resolvia tudo, Jair Bolsonaro e o seu posto Ipiranga pedirem para que não aumentem os preços, certamente será a piada do ano e da incompetência. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela Liderança do Republicanos, Deputado Homero.

DEPUTADO HOMERO MARCHESI (REP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, população que nos assiste, boa tarde. Hoje, dia 13, completam-se 31 dias desde que foi noticiado um ataque *hacker* ao sistema do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tido pela Constituição como nosso órgão auxiliar e responsável, Deputado Bazana, pela fiscalização dos 399 municípios do Estado, de toda a administração estadual de todos os Poderes do Estado. A última notícia que temos é que até o final deste mês de junho o sistema continuará fora do ar e

isso traz uma preocupação muito grande para nós em relação a eventuais perdas de dados no Tribunal de Contas. Imaginem os senhores, por exemplo, se determinado processo, ou se partes do processo são apagadas ou deixam de existir, o prejuízo que isso pode ter, Deputado Fruet, para a fiscalização do Poder Público no Paraná. Então, esperamos, Deputado Michele, que o Tribunal de Contas esteja atuando fortemente nisso, que não tenha havido prejuízo. Não se tem muitas notícias a respeito disso. Algumas empresas e até Prefeituras do Paraná estão sofrendo ataque *hacker* com pedido de resgate, em que o criminoso pede que se deposite determinada importância, sob pena de não liberar os dados, esperamos que não tenha acontecido isso. E para esclarecer essas questões apresentamos um requerimento para que o Tribunal de Contas possa nos responder o que está acontecendo e se terá prejuízo para a administração e se houve algum tipo de perda de informação no Tribunal. Outro requerimento que fazemos também tem a ver com o que aconteceu no jogo de ontem entre Coritiba e o Palmeiras, Deputado Michele Caputo. Estive no Couto Pereira, até a convite do Deputado Guerra, um grande amigo, estive, inclusive, com meu filho de cinco anos. Gosto muito de assistir ao futebol, estive lá para acompanhar o jogo e o que aconteceu fora do estádio, com repercussão para dentro do estádio, foi muito complicado. Começou o segundo tempo e começo a ouvir explosões. Não sei por que comecei a contar, contei sete explosões. E nós, não é, Deputado Guerra, conversávamos que havia alguma coisa estranha acontecendo lá fora e depois soubemos que as torcidas organizadas do Palmeiras e do Coritiba estavam brigando lá fora e a polícia, para separar, soltou bomba de gás lacrimogênio. O vento trouxe o gás para dentro do estádio, até o anel de baixo afetou as pessoas que estavam lá e algumas tiveram que pular no fosso, depois do fosso para o campo, muitas crianças, mulheres, uma cena muito ruim. E nos parece que houve uma falha na escolta da torcida do Palmeiras, que acabou levando a torcida do Palmeiras ali para o começo do Amâncio Moro, que é onde entra a torcida do time da casa, a torcida do Coritiba. Diz a torcida do Palmeiras que foi hostilizada nos ônibus, teve que sair do ônibus e teve que correr e aí acabou encontrando a torcida do Coritiba. Enfim, se houve engano ou não, se houve equívoco ou não,

isso não é pretexto para ninguém sair cometendo crime, sair fazendo vandalismo, bater nas pessoas, inclusive houve uma morte na data de ontem. Não está muito bem claro se a morte foi causada por agressões, a polícia diz que não, que foi por um pico de glicemia. Nunca vamos saber, talvez, o que aconteceu de fato, mas o fato é que o cenário ali causou, em uma pessoa, uma situação de choque tão grande que levou-a a óbito. Esperamos que a polícia do Paraná possa identificar e responsabilizar essas pessoas. Quem cometeu a agressão não é torcedor, é bandido, é malandro, safado, tem que ir para a cadeia. Esperamos que esse assunto possa ser discutido, porque está ficando inviável levar mulher, levar filho para o estádio. As crianças ficam assustadas. Ontem mesmo...

Deputado Alexandre Amaro (REP): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (rep): ... teve uma correria dentro do estádio, apesar de não ter tido briga dentro do estádio entre as torcidas, mas teve uma correria grande. Por favor, Deputado Amaro.

Deputado Alexandre Amaro (REP): Parabéns pela sua fala. Foi discutido há um tempo, estávamos com torcida única nos estádios e aí voltaram a ter duas torcidas. Então, é uma coisa que já estava sendo prevista. As pessoas que são de determinadas torcidas, como o senhor bem citou, não são torcedores, eles ficam fora de si. Fui assistir ao Athletico e Santos e parei no estacionamento de um amigo nosso, e porque o amigo estava com uma jaqueta preta, e não era branca não, os próprios que estavam estacionando ali fizeram o cara tirar a jaqueta. Então, é uma coisa fora dos padrões de normalidade. Como o senhor bem citou, fui com o meu sobrinho, levei minha família, estava comigo assistindo ao jogo, mas você fica temeroso quando tem que chegar até o estacionamento ou em alguns lugares. Então, acho que é válido se repensar nisso. Por que duas torcidas? Vem uma torcida de longe, uma torcida pequena, não temos policiais suficientes para fazer esse trabalho. Já temos um pequeno contingente de policiais para o nosso Estado, agora temos que colocar uma grande quantidade de policiais para fazer esse aparato. E as imagens estão rolando aí. Dá para

identificar as pessoas que fizeram tal barbaridade. Então, temos que pensar muito bem nisso, porque, daqui a pouco, novas situações acontecerão. Isso aqui não é só no Paraná, é Rio, São Paulo, as torcidas supostamente organizadas fazem uma baderna e destroem a vida de pessoas. Obrigado, Deputado.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Obrigado, Deputado Amaro. Deputado Guerra.

Deputado Luiz Fernando Guerra (UNIÃO): Deputado Marchese, estivemos ontem lá, claro corroboro com o vosso posicionamento aqui na tribuna. Acredito que essas pessoas têm que ser responsabilizadas. O Deputado Amaro entrou em um assunto bastante importante com relação à torcida única. Lembrando que no meio da semana isso já aconteceu, casos de agressões a torcedores, no jogo Athletico Paranaense e Juventude, no Rio Grande do Sul. Isso está sendo corriqueiro, infelizmente, no Brasil. E lembrando que no final de semana teremos um clássico Athletiba em Curitiba. Vejo que uma pequena parcela da torcida que faz isso, e para mim são bandidos, marginais travestidos de torcedores que precisam ser rigorosamente repreendidos e, afinal de contas, colocados atrás das grades, porque são vidas sendo ceifadas, são famílias sendo proibidas de assistir aos jogos. Ontem estivemos lá, vivemos aquilo e vivenciamos aquilo muito de perto. Vimos crianças sendo colocadas no fosso para fugir do gás lacrimogênio. Entendo que o poder público tem que agir. Temos que tomar uma atitude imediatamente para que mais pessoas não padeçam por conta da falta de responsabilidade, vou repetir, de marginais travestidos de torcedores.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Muito bem, Deputado Guerra. Sinceramente, não tenho capacidade para dizer se sou contra ou a favor da torcida única. Para o espetáculo não é bom. Agora, para a vida das pessoas pode ser, estamos notando isso. Para a polícia é muito ruim servir de “babá” de torcida organizada. Ontem soube que a polícia do Paraná foi buscar os torcedores do Palmeiras em um pedágio, Deputado Fruet. Revista os torcedores lá em um pedágio, no último pedágio antes de chegar a Curitiba e traz até o Couto Pereira,

fazendo a escolta. Imaginem quantos policiais são necessários para fazer isso, quando a população poderia estar sendo melhor assistida em outros lugares. Sinceramente, acho que é um assunto que deveria ser discutido, colocar todos os argumentos na mesa para que cheguemos à melhor solução. E um último assunto do qual gostaria de falar, Sr. Presidente, tem a ver com outro requerimento que fizemos, o terceiro, sobre quais empresas aderiram ao programa *Retoma Paraná*, destinado a reduzir os débitos tributários de empresas em recuperação judicial ou em falência. E não conseguimos essa informação da Secretaria da Fazenda. A resposta, inclusive, é dúbia, porque ela indica no corpo da resposta que ela viria no anexo, mas não veio o anexo. E não há sigilo em relação a essas informações. A Secretaria da Fazenda, muitas vezes, menciona o Código Tributário Nacional, o art. 198 do Código Tributário Nacional, para negar essas informações. O art. 198 diz o seguinte: “Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros sobre natureza, o estado de seus negócios e atividades”. No entanto, no parágrafo 3.º do mesmo artigo 198 do Código Tributário Nacional diz o seguinte: “Não é vedada a divulgação de informações relativas a: 1) representações fiscais para fins penais; 2) inscrições na dívida ativa da Fazenda Pública; 3) parcelamento ou moratória, que é justamente o caso; e 4) incentivo, renúncia e benefício, imunidade e natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa jurídica”. Então, a Secretaria da Fazenda tem que dar essas informações, pelo menos, de forma parcial. Ela é obrigada a fazer isso, Deputado Arilson, e não está fazendo isso. E vai nos levar, fatalmente, a entrar com uma ação judicial, se isso não acontecer. Vou até procurar o Secretário Renê, pedir novamente para ele, insistir, mais uma vez, que encaminhe essas informações. Desde que esse Projeto foi aprovado nesta Casa, gostaria de saber quais empresas, especialmente em recuperação judicial, utilizaram-se do programa e, principalmente, quais utilizaram precatório para fazer compensação de tributo. Acho que aí está um bom caminho de fiscalização e esta Casa merece respeito. É nosso direito fiscalizar o poder público, como também, é nosso dever. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela Liderança da Oposição, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Traiano, nobres Deputados e Deputadas. Gostaria hoje de fazer um esclarecimento e contar um pouquinho como foi a agenda da Frente Parlamentar sobre o Pedágio na última quarta-feira, em Brasília, no Tribunal de Contas da União. Uma agenda técnica. Duas horas a trinta minutos de reunião. Uma agenda onde o Fábio, que é Secretário substituto de Fiscalização de Infraestrutura do Tribunal de Contas da União, com a Laura, que é Diretora, e a Carla, que representa o gabinete do Ministro Walton, receberam os Deputados que compõem a Frente, no caso eu que estava presidindo a reunião e a Frente, o Deputado Evandro, que é o nosso Vice-Coordenador e o Deputado Tiago Amaral, Vice-Líder do Governo, que representava o Governo nessa data. Também estavam conosco os técnicos: o Professor Fayet, que representa o Conselho de Economia do Estado do Paraná, e o Professor Cristiano, que representa o ITTI da Universidade Federal do Paraná. Essa reunião foi para pontuar as abordagens e os resultados consolidados dos estudos feitos pelo ITTI e também as questões enfrentadas nas 21 Audiências Públicas realizadas pela Frente Parlamentar do Pedágio. Uma reunião extensa, mas muito profícua, pois puderam ser aprofundados técnica e pessoalmente, o Deputado Evandro estava conosco, alguns pontos de interesse do Paraná. Entregamos um documento e discutimos pontualmente cada um: 23 pontos. O Deputado Tiago participou e também fez várias perguntas. E os principais pontos que abordamos foram a ausência de dados, documentos e correlatos por parte da ANTT junto ao edital de licitação; a ausência de licenciamento ambiental; critérios desconhecidos para as faixas de desconto e aportes financeiros; diferença nos valores dos investimentos previstos – R\$ 650 milhões deixaram de estar no primeiro edital apresentado e estão colocados a mais no novo edital que está no TCU; as necessidades de nova Audiência Pública por conta da modelagem econômica; a necessidade de participação dos municípios, 87 cidades que receberam obras não foram consultadas ou não foi feito um parâmetro entre os Planos Diretores e essas obras; tarifas que aumentaram antes da concessão – um

assunto que deixou aqui todo mundo assustado. Em um primeiro lote, no lote 1, 30%. São Luiz do Purunã, a Praça de Pedágio que era R\$ 9,60, vai operar a R\$ 10,33 de início se for passada a modelagem dessa forma; 23% no lote 2, Praça de São José dos Pinhais que terminou a operação de pedágio em R\$ 23,30, foi propagandeada que seria R\$ 14,33 e já está em R\$ 20,98. Ou seja, R\$ 21,00. O porquê de um degrau tarifário de 40%? Não se tem memória de cálculo, não tem memória de como foi feita a conta dos 40%. A localização das praças que é duvidosa, questionável e também as quantidades de praças. Por fim, o passivo das obras. Ou seja, obras que já foram pagas pelo usuário não realizadas e estão lá novamente. Em suma, essa reunião no Tribunal de Contas da União deixou claro, para o próprio Tribunal, que os projetos não se encontram ainda maduros – foi esse o termo usado; que falta precificação das exigências contratuais e que o Paraná pode chegar, Deputado Tiago, Deputado Evandro que estavam comigo na reunião, a ter que decidir entre qualidade de obras *versus* preço, porque se mantiver o padrão R1, adotado no edital, pode ser que os preços do pedágio sejam mais caros ou iguais ao que estavam antes. Isso deixou todo mundo preocupado, muito preocupado, cada um com sua forma de abordagem. Cada Deputado que perguntou, o Deputado Tiago Amaral, o Deputado Evandro ou eu, todos nós saíamos de lá preocupadíssimos. E, pasmem, ao sairmos de lá, fomos surpreendidos com a notícia da ANTT que pediu aumento das tarifas do lote 2, onde joga essa Praça de São José dos Pinhais a R\$ 21,00 de tarifa. Isso nos deixou mais preocupados ainda, mas...

Deputado Evandro Araújo (PSD): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Pois não, Deputado Evandro.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Cumprimentá-lo pela fala, Sim, ouvimos atentamente e registrar que fomos extremamente bem recebidos pelos técnicos do TCU. Inclusive a Chefe de Gabinete do Ministro Walton Rodrigues também acompanhou a reunião, ouviram-nos sem nenhuma interrupção, sem falar, sem que fôssemos coibidos de poder colocar ali as nossas observações, nossas

preocupações. De fato, sim, temos muitas perguntas ainda sem respostas e o que quero chamar a atenção, e o meu aparte vai nessa direção, Deputado Arilson, primeiro desta Casa, que todos que trabalharam na Frente Parlamentar discutiram o tema, possam acompanhar este momento; segundo, mais uma vez, a nossa Bancada de Deputados Federais e Senadores também possam acompanhar e quero aqui manifestar a importância, obviamente sei que o Governador está acompanhando isso, temos ouvido notícias da sua preocupação, mas gostaria também que o setor produtivo pudesse – aquele setor produtivo representado pela Fiep, pela Faciap, pela Ocepar –, o setor produtivo que se mobilizou em torno desse assunto, e agora penso que também é oportuno e que eles possam dar a sua contribuição, obviamente fazendo os questionamentos ao Ministério, à ANTT, porque, de fato, com esses anúncios produzidos nas notas técnicas em relação ao lote 1 e lote 2, acho que todos ficaram assustados porque temos ali aumento de custos e a consideração de expectativas de PIB, inflação, apresentando um aumento na tarifa referência que é aquela tarifa que vai para o leilão. Então, assim, a pessoa que está lá na ponta, não é, não sabe o que está acontecendo e é preciso que todos os entes públicos, sociedade civil possam se unir neste momento para poder cobrar explicações e poder acompanhar esse trâmite no TCU e depois, obviamente, no Ministério.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Isso mesmo, Deputado Evandro. Tudo indica que pode acontecer o pior no pedágio do Paraná. A falta de precificação, aliás, elemento de cobrança nossa, foi colocada pelos técnicos do TCU, que, conforme elas vão chegando, encarece o custo e por conta pode encarecer a tarifa. Mas quero, Presidente Traiano, fazer uma fala no sentido do desrespeito que esta Casa possui algumas vezes junto ao Governo. Fiz um requerimento pedindo cópia do convênio ou se o Governo tinha assinado o convênio das rodovias, o que tinha acontecido. Não obtive retorno sequer do Governo. Entrei junto à Ouvidoria do DER e o DER me respondeu, está aqui, disse que as minutas de convênios de delegação das rodovias estaduais à União se encontram em fase de verificação por essa autarquia e que tão logo sejam concluídos os trabalhos, seguirão para a assinatura do Governo Federal e Estadual. Ou seja, o Governador

não assinou o convênio. E esse convênio pode ser o único instrumento que se tenha para parar o que está acontecendo no processo do pedágio, enquanto não sanar essas dúvidas ou enquanto não se corrigir as demandas feitas por essa Frente Parlamentar. Tenho um Projeto de Lei pedindo que cancelemos a cessão das rodovias estaduais, mas acho difícil ele avançar aqui. Mas quero aqui lançar uma campanha: “NÃO ASSINA, RATINHO”; #NãoAssinaRatinho o convênio de cessão das rodovias estaduais do Paraná até que as mazelas do pedágio não sejam elucidadas. Se o Governador assinar o convênio na fase que está agora, vamos entregar o pedágio caro novamente. E aqui fomos enganados! A mentira *comeu solta*, enganou todos vocês, inclusive até a mim em um determinado momento. O Governo Federal, por meio do Ministro Tarcísio, falava que precisava da cessão das rodovias serem assinadas para ir o Projeto ao TCU. E o que ficou claro lá que não era verdade isso. Esse Projeto de cessão é usado em outro momento e não naquele. Cedemos as rodovias sem as garantias reais de que fosse feito um projeto liso, transparente e com os preços que o Paraná necessita para um pedágio justo. Agora estamos reféns, mas o Governador pode decidir! Falei que os próximos passos do pedágio se encontram no Tribunal de Contas da União, mas o prazo final, ou seja, o último passe, quem decide é o Ratinho. Não assinou o convênio, não tem pedágio caro no Paraná; se assinar do jeito que está, vai assumir a responsabilidade... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, um minuto para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Se assinar o convênio nas condições dadas que estão hoje, de omissão de informação, de tantos problemas levantados, o Governador vai endossar que tenhamos um pedágio caro ou até mais caro do que estava. E ficou claro que essa história de 50% de desconto não vai acontecer. Creio que o Governador possa ter sido enganado pelo Governo Federal, sim, mas o Secretário Sandro Alex, com certeza, não! O que foi feito com o Estado do Paraná é inadmissível! E o que pode ser feito é mais inadmissível ainda. Portanto, “Não Assina Ratinho”. Defenda o Paraná até que provem para

nós que vamos ter uma tarifa baixa. A partir de amanhã, campanha na rua #NãoAssinaRatinho.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Antes da fala do Deputado Tiago pela Liderança do Governo, acabam de chegar quatro Mensagens aqui e peço ao nosso 1.º Secretário, Deputado Boca Aberta, que faça a leitura delas.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Boca Aberta Junior – PROS): Claro, Sr. Presidente. Vou dar segmento com a leitura das mensagens.

Mensagens: (Encaminhadas à Diretoria Legislativa para providências.) Mensagem n.º 42/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 256/2022**), que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado; Mensagem n.º 43/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 257/2022**), que altera dispositivos da Lei n.º 12.243, de 3 agosto de 1998, que considera áreas especiais de interesse turístico áreas e localidades situadas nos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná; Mensagem n.º 44/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 258/2022**), que dispõe sobre a transferência de responsabilidade pelo pagamento dos benefícios de salário-família e auxílio-reclusão do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS para o tesouro do Estado do Paraná, de acordo com § 3.º do art. 9.º da Emenda Constitucional n.º 103, de 12 de novembro de 2019; Mensagem n.º 45/2022 do Governador do Estado, solicitando a homologação do Decreto n.º 11386, de 10 de junho de 2022, que introduz alterações no regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS. Eram essas as mensagens, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tiago, com a palavra.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Boa tarde, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, Sr. Presidente. Começamos a semana com algumas notícias extremamente positivas para o Estado do Paraná em relação ao desenvolvimento e de forma muito especial geração de emprego. Esta semana começamos com oferta de 11.569 vagas de emprego nos postos avançados, nas Agências do Trabalhador em nível paranaense. Isso demonstra a forte capacidade de reação ao que o Estado Paraná vem apresentando e o porquê cada vez mais tem crescido na sua geração de PIB e retoma o seu posto já de quarta maior potência do PIB, no Brasil. Quero aqui fazer uma saudação muito especial à comemoração do aniversário da nossa querida Associação Comercial e Industrial da cidade de Londrina que comemorou, semana passada, seus 85 anos, demonstrando a força e a pujança e a importância dessa instituição. Essa instituição, Sr.^s Deputados, meu querido amigo Boca Aberta, Deputado Tercílio Turini, que assim como eu representam a cidade de Londrina, tem sido conosco responsável por articular grandes ações e ações estratégicas entre a iniciativa privada, entre a sociedade civil organizada e os poderes públicos constituídos. Graças a essa organização que temos hoje, na cidade de Londrina, importantes obras têm sido liberadas pelo Governador Ratinho Junior, como a duplicação da PR-445, viadutos, como o Viaduto do Bratislava, na cidade de Cambé, o Viaduto da PUC, na cidade de Londrina, e outras mais. Portanto, aqui, os meus parabéns, em nome também dos meus colegas Deputados, à Associação Comercial e Industrial da cidade de Londrina. Aproveitar para fazer uma saudação, meu querido amigo Boca Aberta, também à nova Reitoria da UEL, que assume o mandato agora, pelos próximos quatro anos, para que tenha um trabalho profícuo, e que assim como o então Reitor Sérgio Carlos de Carvalho, que possa efetivamente entender e dar continuidade a esse processo de aproximação entre a sociedade civil e a universidade, entendendo que a universidade não é um fim em si mesma e que isoladamente não se justifica, mas entendendo que o seu serviço, além da geração de cultura, além da geração de intelecto, é também um grande fomento ao desenvolvimento

econômico. E essa parceria com a sociedade civil organizada e com os cidadãos, com as Prefeituras, resultou em grandes projetos e grandes ações. Por isso a importância de se dar continuidade a esse processo de aproximação. E já aproveitando, nessa mesma linha, parabenizar à UEL, que teve agora divulgado que ocupa a 21.^a posição nesse *ranking* de instituições de ensino superior, em um grupo com 35 universidades brasileiras, avaliado no *QS World University Ranking* de 2023, uma das classificações universitárias mais influentes internacionalmente, publicado por essa consultoria britânica. Então, parabéns aqui à Universidade Estadual de Londrina que, mais uma vez, tem avançado, graças justamente a essa integração e a esse trabalho excelente que vem sendo elaborado. Quero fazer aqui uma consideração em relação a essa reunião que de fato estivemos no Tribunal de Contas da União, na semana passada, envolvendo esse debate tão importante e estratégico, meu querido amigo e lorde Nelson Justus, que envolve a concessão dos pedágios. Senhores Deputados, nessa reunião estávamos eu, Deputado Evandro Araújo e Deputado Arilson Chiorato, representando a nossa Bancada e fazendo o acompanhamento dessa pauta técnica, como muito bem colocou o Deputado Arilson aqui. De forma geral, de fato tenho que concordar que as preocupações são necessárias. As preocupações, meu amigo Marcio, elas de fato devem acontecer por nossa parte, em função de uma série de fatores, um deles inclusive é a própria análise do Tribunal de Contas que, em um primeiro momento, ainda ao final do ano passado, devolveu o primeiro estudo feito e entregue a eles pela ANTT. Devolveu à ANTT pedindo a complementação de informações, porque naquele formato que o projeto de concessões tinha sido enviado, de fato apresentava algumas inconsistências, que nada mais são, que nada mais significam do que algumas informações que precisavam ser melhor explicadas ou complementadas. A ANTT devolveu para o Tribunal de Contas da União, agora, este ano, dois lotes: o lote de n.º 1 e o lote de n.º 2. Esses dois lotes estão, hoje, sob a análise do Tribunal de Contas da União e o papel do Tribunal de Contas da União, que será de fato concluído até o mês de agosto, esse é o compromisso que eles têm e o prazo que eles têm, tem que ficar claro aqui. Não adianta imaginarmos que o Tribunal de Contas da União tomará alguma decisão.

Não é competência do Tribunal de Contas de União. Não é de competência do Tribunal de Contas da União se manifestar em relação, segundo eles mesmos disseram, aos modelos que serão apresentados, mas o papel do Tribunal de Contas da União é fazer uma análise em relação às informações e aos estudos prestados pela ANTT e àquilo que se pretende chegar. Portanto, também não é um papel que, em algum momento, esteve a cargo do Governo do Estado do Paraná. Os estudos foram, sim, elaborados por uma empresa contratada pela ANTT e esses estudos é que de fato estão sendo analisados. Se aquilo que diz que irá acontecer a ANTT é o que de fato são as memórias de cálculo e esses estudos todos de fato apresentam. Então, é aquilo que chamamos: está de fato compatível aquilo que foi dito e aquilo que se alcançará com aquela análise? Esse é o papel que o Tribunal de Contas está fazendo. Quero fazer uma correção, Deputado Arilson. Não sei se ele está aqui. Acho que está ali atrás, mas só fazer uma pequena correção, mas de extrema importância. O Deputado coloca que demos aqui a autorização, que demos aqui a... que já fizemos a delegação para o Governo Federal das rodovias. Calma, não é isso. Em nenhum momento aqui fizemos a assinatura da delegação para o Governo Federal. O que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná fez, o que nós Parlamentares fizemos, foi dar autorização para que o Governo do Estado conduza as negociações e, atendendo às necessidades e às exigências do povo paranaense, que o Governador do Estado do Paraná, nosso Governador Ratinho Junior, teria, sim, a possibilidade de fazer a cessão das rodovias ao Governo Federal para que conduza o processo de concessão. Então, não fizemos, não fizemos a assinatura ou a delegação de nenhuma rodovia. E, como muito bem disse o Deputado Arilson, isso só acontecerá no momento da assinatura do convênio entre o Governo do Estado e o Governo Federal, coisa que não ocorreu. Não ocorreu e o Governador já deixou muito claro que só fará se nesse processo, que ainda está em fase de estudo de compatibilidade pelo Tribunal de Contas da União, e que ainda tem muito a ser discutido e até mesmo complementado por parte da ANTT, ele só fará essa delegação se efetivamente todos os requisitos e aquilo que foi apontado por nós como necessário, como tarifa justa, obras, de fato forem atendidos. Então, isso já

está muito claro. Não podemos misturar as coisas sob pena de politizarmos um tema que é complexo, é extremamente técnico e precisa da nossa transparência. E isso o nosso Governador do Estado, o nosso Governador Ratinho Junior tem acompanhado de perto. Um aparte ao Deputado Marcio e na sequência ao Deputado Nelson Luersen.

Deputado Marcio Nunes (PSD): Deputado Tiago, é muito bom tecnicamente, perfeito, e acho que é importante esta sua discussão técnica com o Deputado Arilson, que faz inclusive muito bem! Mas só que no aspecto político do terra a terra, que é o que o Arilson explora e explora muito bem, porque ele consegue explorar os dois lados, é que na questão política o Governo já se comprometeu. O pedágio no Paraná hoje é zero! Conseguimos, o Governador rompeu o contrato, poderia ter prorrogado e não prorrogou, rompeu o contrato, não se curvou às grandes pedageiras; o pedágio mais caro do Brasil, não concordou e o Governo já disse em alto e bom tom que enquanto o pedágio não for por um preço justo, no mínimo 50% mais barato do que é hoje, não for com muita transparência e com todas as obras de duplicação e infraestrutura, não sai! Então, é a garantia do Governo de que o Governo está do lado do povo do Paraná. É um contrato no mínimo 50% mais barato do que é hoje.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Deputado Nelson.

Deputado Nelson Luersen (UNIÃO): Deputado Tiago, acho que nem poderia ser diferente, acho que a ANTT se precipitou a largar uma tabela com reajuste de algo que não aconteceu. Acho que é um absurdo o que a ANTT fez! E, claro, alguns fazem um alarde em cima de algo que com certeza, antes de acontecer, V.Ex.^a tem... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, por favor, para concluir.

Deputado Nelson Luersen (UNIÃO): Vossa Excelência tem razão em dizer que antes de acontecer algo, antes de efetivar a concessão, tenho certeza de que o

Governador, a Assembleia Legislativa, os nossos Deputados Federais serão ouvidos e vamos, sim, trabalhar a menor tarifa com obras que beneficiem a população do Paraná. Então, parabéns pelas colocações! E é isso o que penso também. Obrigado.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Portanto, Sr.^s Deputados, a certeza que temos é que o Tribunal de Contas da União também está fazendo um papel extraordinário, tem sido bastante diligente e, assim como o Deputado Evandro e o Deputado Arilson colocaram, necessariamente preciso fazer aqui um agradecimento e praticamente uma moção de aplausos realmente aos técnicos do Tribunal de Contas que nos atenderam. Fiquei surpreso porque, Deputado Ricardo Arruda, em duas horas e meia de reunião, a atenção deles foi tanta que em nenhum momento... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tiago, por favor, para concluir.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): ... em nenhuma oportunidade, qualquer um dos três técnicos que estavam nos acompanhando sequer tocaram em sem seus telefones celulares. Portanto, quero aqui deixar muito clara a minha satisfação em saber que esses técnicos, com essa diligência e com esse objetivo de realmente chegar a um entendimento bom e transparente, é que estão conduzindo esta análise. Então, mais uma vez, parabéns ao Governador Ratinho Junior por acompanhar de perto este processo e também ao Tribunal de Contas da União por nos dar essa segurança. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou

através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: *Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bühner (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (50 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: Goura (PDT), Jonas Guimarães (PSD), Marcel Micheletto (PL) e Requião Filho (PT) (4 Parlamentares).]*

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o nº 251/2022**, do Deputado Francisco Bühner, que concede o Título de Capital Estadual do Automóvel ao município de São José dos Pinhais; **Autuado sob o nº 252/2022**, do Deputado Cobra Repórter, que concede o Título de Utilidade Pública à Sociedade Protetora dos Animais de Santo Antônio da Platina, com sede no município de Santo Antônio da Platina; **Autuado sob o nº 253/2022**, dos Deputados Ademar Traiano e Alexandre Curi, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao General de Divisão do Exército Brasileiro, Sr. Carlos José Russo Assumpção Penteado; **Autuado sob o nº 254/2022**, do Deputado Artagão Junior,

que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Professores do Colégio Passos Firmes – APPF, com sede no município de Matelândia; **Autuado sob o nº 255/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, que estabelece diretrizes para contratação de policiais militares por meio de convênios entre o Estado e os municípios do Paraná.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 763/2021, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 251/2021, que altera a Lei n.º 19.362, de 20 de dezembro de 2017, para incluir a destinação de ossadas humanas identificadas não reclamadas e não identificadas que se encontram sob custódia do IML e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública. Emenda da CCJ. Emenda da Comissão de Saúde Pública com parecer favorável da CCJ. Vamos apreciar neste turno emendas aprovadas em 2.^a discussão. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Voto “*sim*”, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando. Deputado Michele, o seu voto. Deputada Cristina. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura,*

*Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Goura, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Plauto Miró e Requião Filho (9 Deputados).]* Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovadas as emendas.**

ITEM 2 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 31/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 3/2022, que estabelece diretrizes para a exploração comercial de espaços destinados a publicidade nos veículos e mobiliários utilizados no serviço de transporte coletivo de passageiros na Região Metropolitana de Curitiba. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. **(Sobre O Projeto: Emenda de Plenário n.º 1, dos Deputados Arilson Chiorato, Luciana Rafagnin, Requião Filho, Tadeu Veneri e Professor Lemos; Emenda de Plenário n.º 2, dos Deputados Arilson Chiorato, Tadeu Veneri, Luciana Rafagnin, Requião Filho, e Professor Lemos.) O Projeto recebeu emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 148/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 23/2022, que altera dispositivos da Lei n.º 823, de 1.º de dezembro de 1951, da Lei n.º 10.298, de 22 de agosto de 1994, da Lei n.º 12.726, de 29 de novembro de 1999, da Lei n.º 16.944, de 10 de novembro de 2011, e da Lei n.º 17.244, de 17 de julho de 2012, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças. Emendas de Plenário com parecer favorável da CCJ, já de conhecimento de todos os Sr.^s Deputados. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvadas as emendas. Em discussão o Projeto. Item 3.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Requerimento, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Projeto, ressalvadas as emendas.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “*sim*”, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como encaminha o voto o Líder da Oposição?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Vamos votar favorável ao Projeto e vamos discutir emenda por emenda, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok. Votando.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Enquanto o pessoal está votando aí, o nosso Deputado aqui ao meu lado, Chico Bühner, já tinha feito uma reclamação com o senhor e hoje ele falou de novo: *Este som está muito alto, Deputado Amaro*. E eu achando assim, não sei se ele está com algum problema de audição e tal, baixei aqui o decibelímetro e não é que está alto mesmo, Presidente, está chegando a 80 aqui quando falamos! Então, acho que estamos com o som um pouquinho alto. Se pudesse só baixar um pouquinho, para ajudar o nosso amigo Chico Bühner e os demais também. Já tenho o ouvido meio estourado porque Pastor coloca som muito alto ao lado assim, já sou meio... mas alguns estão...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Amaro, o problema é que a tonalidade do som está na verdade se misturando com as falas dos Sr.^s Deputados e talvez esteja até lhe perturbando, mas vamos regular o som, sem problema nenhum.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Ok, ok. Olha, agora melhorou aqui, já baixou para 60. Muito bom. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (44 Deputados); **Votou Não:** Soldado Fruet (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Goura, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Plauto Miró e Requião Filho (9 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e 1 voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 148/2022.**

Senhores Deputados, há um **Requerimento n.º 1842/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, requerendo discussão e votação uma a uma das emendas ao Projeto de Lei n.º 148/2022. Em discussão o requerimento.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Senhores Deputados, quero pedir a todos a atenção porque a Liderança do Governo vai fazer o encaminhamento de voto “*não*” a este requerimento de votação uma a uma das emendas. Ok? Portanto, o nosso encaminhamento será voto “*não*”. Atenção, Sr.^s Deputados, voto “*não*”.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, gostaria de encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado. O Deputado Amaro reclamou do volume, aqui estamos com dificuldades para ouvir, o retorno está muito ruim.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, não é isso, é que o som, a conversa está alta, aí é preciso erguer o volume e por isso acontece isso, infelizmente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vossa Excelência tem razão.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente e Sr.^s Deputados, estamos encaminhamento favoravelmente ao destaque para que tenhamos emenda por emenda, porque as emendas não são convergentes, Sr. Presidente, há emendas que propõem uma determinada situação e temos acordo com ela, há emendas que propõem situações diferentes e vou listá-las aqui, temos divergência. Se votarmos todas as emendas de uma forma só ou com destaque para uma das emendas, ou duas emendas, não sei se há esse pedido ou não, mas até onde entendi estamos votando contra. O encaminhamento que deu o Líder do Governo é para que votemos contra o destaque, de votarmos emenda por emenda. Temos uma emenda aqui, Sr. Presidente, especificamente, gostaria de me ater sobre ela, que temos posição contrária, que é a emenda 1, emenda aditiva do Deputado Marcel Micheletto, porque ela pretende fazer com que a lei aprovada agora, ou as emendas aprovadas agora, ela entre em vigor no dia 31 de dezembro de 2023. Ou seja, ela só passa a vigorar, Deputados, a partir de 1.º de janeiro de 2024. Ela não vigoraria neste ano de 2022, nem em 2023. Estaríamos aprovando algo aqui, Professor Tercílio, demais Deputados, Deputado Amaro, que só valeria para 2024. Não sei exatamente quais são as razões de essa emenda ter sido apresentada, mas é bastante contraditório que se aprove um Projeto, em 2022, em junho de 2022 e esse Projeto, vindo a ser aprovado, Deputado Homero, só tenha os seus efeitos a partir de 1.º de janeiro de 2024, ou seja, um ano e meio depois de aprovado que o Projeto passa a ter validade. A outra emenda que me chama a atenção também e nos orienta também aqui o advogado que é o nosso advogado da Oposição, que é a emenda do Deputado Marcio Nunes. A emenda do Deputado Marcio Nunes pretende transferir até 100 milhões da Agepar para o Executivo. Ora, a Agepar é uma entidade autônoma. Como podemos tirar,

Deputado Marcio, da Agepar, uma entidade autônoma, o superávit de até 100 milhões e transferir para o Governo do Estado, sendo que a Agepar tem taxas que são cobradas, e o senhor sabe disso, taxas que são cobradas de toda natureza. A Agepar é feita para fiscalizar tanto serviços terrestres, marítimos, como também as taxas de pedágio, que foi falado agora a pouco sobre pedágio, é feito para fiscalizar o reajuste ou não de Copel e Sanepar. É uma Agência e como é que o Executivo se apropria dos valores da Agência? Vou ler aqui o que diz a emenda, até para que possamos ter clareza do que estamos falando. A emenda 3, que é uma emenda aditiva, Deputado Marcio Nunes, acresce o art. 21 ao Projeto de Lei 148/2022, com a seguinte redação: “Art. 20: Autoriza o Poder Executivo a utilizar, preferencialmente, os recursos oriundos do superávit financeiro, apurados dos balanços da Agência Reguladora do Paraná, Agepar, para extraordinariamente atender a programas prioritários do Poder Executivo. Limita o montante ao máximo de R\$ 100 milhões”. Ora, prioritariamente, do Poder Executivo, não é prioritariamente da Agepar. A Agência Reguladora tem as suas prioridades que não podem ser, obviamente, aqui, por este Parlamento, determinadas. Por isso, ela é independente. Senão, não haveria sentido em ter uma Agência independente. A Agência tem a sua progressão, tem a sua projeção de gastos e de investimentos, e de repente, Deputado Tiago, entendemos que é possível retirar 100 milhões da agência. Não é possível. Diria até que na CCJ passamos por essa emenda sem que nos déssemos conta de que ela é uma emenda autorizativa. Não precisamos autorizar aquilo que o Governo já tem autorização para fazer, mas não podemos autorizar aquilo que não compete ao Governo fazer. Nesse caso, essa emenda, ao utilizar a autorização fiscal da referida autarquia, especial, preferencialmente, ela diz: A matéria é estranha ao que foi tratada no Projeto de Lei. A autorização para utilização dos recursos da Agepar deve constar da Lei de Criação da Agepar – não consta. Não é uma lei estranha do ponto de vista técnico-legislativo, que vai poder autorizar, volto a dizer, autorizar. Não podemos autorizar a Agepar. Como que autoriza a Agepar, a Agência, a fazer algo que não consta no seu projeto? É como se autorizasse, por exemplo, a ANTT, Agência Nacional de Transporte Terrestre, a transferir parte dos seus recursos,

em nível federal, para o Governo Federal. Não tem sentido. Não tem lógica. Ainda que entendamos que o Governo Estadual extraordinariamente precisa de recurso, mas programas extraordinários não podem ser motivo de transferência de recursos de uma agência. Mais ainda, a criação da Agepar não é uma lei estranha do ponto de vista técnico-legislativo para autorizar o recurso do *superávit primário*, para uma Agência Reguladora autônoma do ponto de vista contábil e financeiro. A Agepar é autônoma, ela tem autonomia contábil, ela tem autonomia financeira. Não é possível transferir R\$ 100 milhões dos seus cofres para o Governo do Estado. Ainda, a Agência é reguladora dos serviços públicos delegados do Paraná, seu funcionamento está previsto à Lei da Complementar 222/2020, é reguladora e não um braço do Executivo ou do DER. A Agepar não faz parte do DER. Ela não compõe as autarquias ligadas, diretamente, ao Executivo, possui natureza, como já falei, de autonomia. A Agepar possui receitas próprias, art. 53, Lei Complementar 222/2020, recursos da taxa de regulação, tesouro estadual, vindos de publicações e editais, rendimentos de operações financeiras, convênios, doações e recursos de penalidades e todos possuem destinação específica, especialmente, as providências de taxa de regulação. Portanto, o superávit não pode ser transferido para o Poder Executivo. Não é possível que cobre uma multa e a multa tem, obviamente, um sentido, e a partir dessa cobrança da Agência Reguladora, transfira o valor dessa multa para o Poder Executivo, porque ela tem um objetivo. Ela tem um objetivo. A Agepar possui essas receitas, como falei que não podem ser transferidas, e o superávit não pode ser transferido para o Poder Executivo, nem sob a expressão *preferencialmente*, porque *preferencialmente* qualquer Governo vai achar bom receber R\$ 100 milhões da Agência Reguladora. E estaríamos cometendo aqui um erro, se aprovada essa emenda, porque estamos entrando em uma seara que não nos compete. Não nos compete transferir recurso da Agência Reguladora, para o Governo do Estado. Mais ainda, a arrecadação por meio da taxa de regulação de serviços públicos, TR-Agepar, será destinada ao custeio das atividades de regulação, fiscalização e controle dos serviços públicos delegados, em funcionamento da Agência. Para todos os serviços públicos, não só rodoviários, art. 54, § 6.º, da Lei 220/2020, os recursos

para custeio de manutenção das rodovias devem constar do orçamento. Não dá para o Estado se apropriar de R\$ 100 milhões lá e dizer: *Agora, seremos talvez generosos*. E vão atender ao pleito justíssimo, que fez, aqui, na semana passada, o Deputado Nelson, do asfaltamento e duplicação da rodovia que vai de Cascavel a Realeza. Não pode o Governo pegar esse dinheiro e resolver fazer – desculpe a expressão – *cortesia com o chapéu alheio*. Não é permitido isso. Ainda assim entendemos que segundo a OCDE, de 2013, as fontes e níveis de recursos das agências devem ser estáveis e transparentes para proteger a sua independência. As outras emendas, Sr. Presidente, certamente os nossos companheiros irão fazer o debate, mas essas duas emendas, uma que transfere para 2024, 2024, a emenda do Deputado Micheletto, o início... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, por favor, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Para concluir, Sr. Presidente. O início da validade dessa lei, se aprovada, e essa do Deputado Marcio Nunes, que permite que você retire da Agepar R\$ 100 milhões ou até 100 milhões, para o Governo, preferencialmente, ou dentro das suas prioridades aplicá-las, é inconstitucional, é ilegal e não pode ser aprovada, por isso vamos votar contrário, sabendo, Sr. Presidente, se aprovada pela maioria aqui, o Tribunal de Contas, ou o Ministério Público, certamente, se o Governador não o fizer, irá demandar contrário. Obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos, Sr.^s Deputados, à votação do requerimento de votação de uma a uma das emendas. Como encaminham o voto...

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Senhores Deputados, conforme já falamos anteriormente, pedimos o voto “*não*”, o voto “*não*” da Base.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, a Oposição vota “*sim*”, porque quer separar temas distintos e ser analisado individualmente. Tem emendas nossas e emendas deles que serão votadas...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados. Vamos à votação.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Bloco PSD-PMDB, voto “*não*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Bazana, seu voto. Ok. Deputado Tadeu. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Michele Caputo, Professor Lemos, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (8 Deputados); **Votaram Não:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (37 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Goura, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Plauto Miró e Requião Filho (9 Deputados).] Com 8 votos favoráveis e 37 votos contrários, **está rejeitado o Requerimento.**

Agora vamos ao **Requerimento n.º 1843/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando a preferência para discussão e votação da Emenda n.º 5, aposta ao Projeto de Lei n.º 148/2022. Ok. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Votamos “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Goura, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Plauto Miró e Requião Filho (9 Deputados).*] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Requerimento n.º 1843/2022.**

Vamos submeter agora ao voto a emenda n.º 5. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Senhores Deputados, voto “não”. Senhores Deputados, peço a atenção de todos para o voto “não” ao presente requerimento, à emenda.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, posso encaminhar a votação, não é?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): A emenda V.Ex.^a pode encaminhar. Já está em votação, mas tudo bem, sem problemas!

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Senhor Presidente, pedimos o voto “sim”, mas preciso encaminhar aqui, Sr. Presidente, quero encaminhar. As

políticas públicas tratadas junto a esse Projeto de Lei 148/2022 são de fundamental importância na defesa da legalidade e dos fundos estaduais. É fundamental para que os recursos realmente saiam desses fundos e sejam aplicados na agricultura, proteção ao meio ambiente, segurança pública, combate às drogas, etc. Da forma que se encontra, haverá impossibilidade técnica de aplicação dos recursos, e os recursos ficarão parados, como tem ocorrido em vários outros fundos estaduais. A justificativa do Projeto de Lei 148 é para se adequar ao contido no Acórdão 3.363/2020, do Pleno do Tribunal de Contas do Estado, que considerou inconstitucional o parágrafo 2.º e art. 6.º da Lei 17.579, e o inciso 7.º do art. 1.º e art. 2.º no seu Parágrafo Único da Lei 18.375 de 2014. O Acórdão declarou nulas as normas que preveem a transferência de superávit financeiro dos fundos para o Tesouro Estadual. Mais uma vez, o Acórdão declarou nulas as normas que preveem a transferência de superávit financeiro para os fundos ao Tesouro Estadual, assim como a utilização do fundo para pagamento de despesas de pessoal e encargos sociais. Ou seja, a emenda faz com que atendamos ao requisito colocado pelo Tribunal e não usar dinheiro do fundo para pagar despesa de pessoal e encargos sociais. Ao se aprovar da forma como está sendo colocada pelo Governo, vamos contrariar a recomendação e a decisão do Tribunal de Contas. Por isso que há emenda. Mas aqui, o Governo, de forma insensível, sabendo da inconstitucionalidade, sabendo que isso vai acarretar ações no futuro, inclusive de devolução, vai *passar o trator*. E quero aqui pedir o voto “*sim*”, porque essa forma vai prejudicar o Estado do Paraná em um futuro.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Bloco PSC-PSD pede voto “*não*”.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Mais uma vez, Sr.ª Deputados, voto “*não*”. A todos os Deputados pedimos o voto “*não*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos da Deputada Cristina Silvestri e Nereu Moura. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Luciana Rafagnin, Michele Caputo, Professor Lemos, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (7 Deputados); **Votaram Não:**

*Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (38 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Goura, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Plauto Miró e Requião Filho (9 Deputados).]* Com 7 votos favoráveis e 38 votos contrários, **está rejeitada a emenda.**

Vamos submeter ao voto agora as Emendas n.^{os} 1, 2, 3 e 4. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Senhores Deputados, pedimos o voto “*sim*”.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, só uma questão de ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Questão de ordem, Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Votamos duas emendas separadas, havíamos solicitado que fossem, todas as emendas fossem...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votamos a Emenda n.º 5 só, Deputado.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): A primeira emenda, do Deputado Lemos, votamos e aprovamos separado. A segunda emenda, do Deputado Arilson, votamos e rejeitamos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não, votamos o requerimento de votação uma a uma. As emendas da CCJ todas foram aprovadas.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): A emenda do Professor Lemos foi aprovada...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não, estamos votando, Deputado, a Emenda n.º 5, que foi rejeitada, a única. Foi rejeitada. Agora vamos submeter ao voto as Emendas n.ºs 1, 2, 3 e 4.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Ok.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Artagão, o seu voto. Deputados Tião Medeiros, Tadeu Veneri, Marcio Pacheco. Votação encerrada, Sr.ªs Deputados: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Tiago Amaral (37 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Luciana Rafagnin, Professor Lemos, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (6 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Goura, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Plauto Miró, Requião Filho e Tião Medeiros (11 Deputados).] Com 37 votos favoráveis e 6 votos contrários, **estão aprovadas as emendas.**

ITEM 4 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 176/2022, de autoria do Deputado Professor Lemos, que concede o Título de Utilidade Pública à Casa Familiar Rural

Padre Sasaki, com sede no município de Sapopema. Parecer favorável da CCJ.
Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “*sim*”, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Adriano José, por favor, seu voto, Nelson Luersen, Delegado Fernando Martins, Galo, Artagão. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: [***Votaram Sim:*** Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (42 Deputados); ***Não Votaram:*** Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Goura, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Plauto Miró, Requião Filho e Tião Medeiros (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 176/2022. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Adelino Ribeiro.)**

Item 08. 1.^a discussão do Projeto de Lei 509, autoria do Deputado Evandro Araújo...

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSD): Senhor Presidente, pode colocar o voto, que não consegui votar aqui na máquina.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ou melhor, o Item 7, antecipei-me aqui... Devidamente registrado, Deputado Adelino.

ITEM 5 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 5/2022, de autoria da Defensoria Pública, Ofício n.º 55/2022, que acrescenta e altera dispositivos da Lei Complementar n.º 136, de 19 de maio de 2011, que estabeleceu a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná, criando Núcleos Regionais de Atendimento e a Central de Relacionamento com o Cidadão. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Emenda da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Senhores Deputados, pedimos o voto “*sim*” para esse importante Projeto da Defensoria Pública, que está de fato descentralizando cada vez mais, fazendo chegar defensor público lá na ponta. Então, pedimos o voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Artagão, Jacovós, Nelson Justus, Luiz Carlos Martins, Nereu Moura, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Deputado Nelson. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (41 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Goura, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Plauto Miró, Requião Filho, Ricardo Arruda e Tião*

Medeiros (13 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei Complementar n.º 5/2022.**

ITEM 6 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 302/2019, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri e Michele Caputo (anexo o Projeto n.º 611/2021, do Deputado Michele Caputo), dispõe sobre o reconhecimento da profissão de condutor de ambulância no âmbito do Estado do Paraná, conforme estabelece a Lei Federal n.º 12.998/2014. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Senhor Presidente, para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Michele.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Presidente, quero encaminhar favorável pela constitucionalidade e agradecer aqui o relator Marcio Pacheco, porque ele teve um entendimento. Depois, nas outras votações, vou defender o mérito, como fiz aqui no Pequeno Expediente, mas o Projeto é constitucional, é extremamente importante, porque estamos tratando não de um motorista qualquer, estamos tratando de um profissional de saúde que não está levando carga inanimada, está levando pessoas, está transportando, e precisa ser habilitado e qualificado para isso. Obrigado e peço o voto aí dos meus pares.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Marcio.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Presidente, quero também primeiramente cumprimentar os autores do Projeto, Deputado Michele Caputo, Deputado Tadeu Veneri, uma matéria importante. Quero cumprimentar também o Presidente do Sindicato dos Condutores de Ambulância do Estado do Paraná, que é cascavelense, que inclusive me procurou também me apontando a importância dessa matéria, e toda a diretoria do Sindicato que se faz presente nesta tarde

acompanhando essa votação. Fui indicado pelo Presidente Nelson Justus para ser o relator dessa matéria na CCJ e quero defender a constitucionalidade da matéria no formato do substitutivo geral que apresentamos. De fato havia um questionamento sobre o reconhecimento da atividade tal como tinha sido apresentado o Projeto, mas fizemos uma adequação no texto, que no nosso entendimento traz absoluta constitucionalidade, porque exige que os condutores de ambulância do Estado do Paraná doravante sejam contratados à medida que estiver contemplado aquilo que a legislação federal exige, que é um curso específico, uma série de regramentos, para que haja segurança no transporte de pessoas. Dias atrás aconteceu uma fatalidade aqui no Estado do Paraná. Não me recordo agora o município, onde um idoso acabou perdendo a vida porque o condutor da ambulância, que não era uma pessoa qualificada para tal, pelo que diz na reportagem, não acatou uma orientação, uma sugestão da família, a pessoa acabou caindo e perdeu a vida. Então, esse preparo do condutor de ambulância é fundamental para trazer segurança e dignidade para o transporte de pacientes no Estado do Paraná. Portanto, peço também o voto favorável à constitucionalidade do Projeto, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Senhor Presidente, antes quero só fazer uma ressalva. Ocorreu uma grande discussão no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça com relação a esse tema, que já temos de fato uma legislação federal que trata em relação à regularização e aos requisitos para contratação dos nossos motoristas de ambulância, e até da própria profissão. E existe também o questionamento se é de fato competência do Estado fazer uma regulamentação profissional. No entanto, na CCJ esse debate ficou superado, e entendendo a importância, é claro, da temática e a necessidade que temos de cada vez mais trazer luz à situação da qualificação dos motoristas de ambulância, neste momento não vamos nos colocar contrário em relação à constitucionalidade. Mas acho importante fazer essa ressalva, já que no meu entender teremos que ter

um foco muito grande no cumprimento justamente da legislação, inclusive que já está vigente, sob pena de nem mesmo uma nova legislação ser suficiente para resolver esse problema. Então, somos, sim, favoráveis a isso, mas, como disse, para não termos uma expectativa às vezes equivocada, precisamos e muito cobrar desde já a legislação que hoje já está vigente, que é a legislação federal que trata da regulamentação sobre esse tema. Portanto, a Base está liberada para que possa apoiar esse Projeto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Reichembach, votando.

DEPUTADO REICHEMBACH (UNIÃO): Voto “*sim*”, Presidente, está difícil aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada então: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (39 Deputados); **Não votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Goura, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Mauro Moraes, Plauto Miró, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (15 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 302/2019. Quarenta votos, com o voto do Deputado Reichembach. Está aprovado o Projeto.**

ITEM 7 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 412/2021, de autoria do Deputado Boca Aberta Junior, que denomina de Oliveira Tucunduva de Campos a trincheira localizada na PR-445, localizada em frente ao AGRO100, no município de

Londrina. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Sr. Presidente.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Em homenagem ao querido amigo Boca Aberta Junior, pedimos o voto “*sim*”.

DEPUTADO BOCA ABERTA JUNIOR (PROS): Muito obrigado, Líder.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.^s
Deputados: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (38 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Goura, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Plauto Miró, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tião Medeiros (16 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 412/2021.**

ITEM 8 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 509/2021, de autoria do Deputado Evandro Araújo, que denomina André Bolak Biernaski a ponte localizada na Rodovia PR-090, km 14, sobre o Rio Cachoeirinha, no município de Campo Magro. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “*sim*”, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Soldado Adriano, Vossa Excelência..., estou lhe aguardando. Deputado Tadeu. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (40 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Cristina Silvestri, Goura, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Plauto Miró, Requião Filho, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (14 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 509/2021.**

ITEM 9 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 514/2021, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que concede o Título de Capital Paranaense da Camomila ao município de Mandirituba. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “*sim*”, Sr. Presidente, com muita calma, inclusive.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Voto “*sim*”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputados Fruet e Tadeu. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (38 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Goura, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Plauto Miró, Requião Filho, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (16 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 514/2021.**

ITEM 10 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 66/2022, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que denomina Hugo Virmondes Borges a PR-543, que liga Lupionópolis a Cafeara. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.ªs Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo

Litro, Professor Lemos, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (37 Deputados); **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Evandro Araújo, Goura, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Plauto Miró, Requião Filho, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (17 Deputados).]* Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 66/2022.**

ITEM 11 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 83/2022, de autoria do Deputado Dr. Batista, que concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Maringaense de Autismo, com sede no município de Maringá. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Pedimos o voto “*sim*”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (34 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Goura, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Mauro Moraes, Nelson Justus, Plauto Miró, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (20 Deputados).]* Com 34 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 83/2022.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 1820/2022, do Deputado Plauto Miró, adiado de Sessão anterior, solicitando informações ao Diretor-Geral do DER/PR, conforme específica. Requerimento do Deputado Plauto, já está com sua resposta encaminhada e está sendo retirado. **Retirado pelo autor.**

Temos três requerimentos do Deputado Arilson: **Requerimento n.º 1839/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando informações ao Secretário de Infraestrutura e Logística, Sr. Fernando Furiatti Sabóia, sobre a pavimentação da PR-405, na cidade de Guaraqueçaba; **Requerimento n.º 1840/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando informações ao Secretário da Educação e do Esporte do Estado, Sr. Renato Feder, sobre as aulas virtuais do Colégio Estadual São Vicente de Paula, em Nova Esperança; **Requerimento n.º 1841/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando informações ao Secretário da Segurança Pública, sobre o concurso da Polícia Militar do Paraná-2020.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Para discutir todos os requerimentos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): **Adiados na forma regimental.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 1836/2022, do Deputado Francisco Bühner, solicitando o registro de voto de pesar à família pelo falecimento do Sr. Valdomiro de Paula Cordeiro; **Requerimento n.º 1837/2022**, do Deputado Alexandre Curi, solicitando o registro e o envio de voto de congratulações com menção honrosa aos atletas da Delegação Paranaense de Karatê Shotokan, bem como para a Escola Japan Karatê Association, pela participação e conquista das medalhas no XXII

Campeonato Brasileiro de Karatê Shotokan Jka 2022; **Requerimento n.º 1838/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o registro e o envio de voto de congratulações com menção honrosa à Agência do Trabalhador de Curitiba, pelos 45 anos de serviços prestados; **Requerimento n.º 1844/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, requerendo o chamamento de candidatos suplentes ao Concurso de Soldados da Polícia Militar do Paraná; **Requerimento n.º 1847/2022**, da Deputada Maria Victória, solicitando o envio de voto de congratulações com menção honrosa ao Procurador-Geral do Ministério Público do Paraná, Sr. Gilberto Giacóia, em razão do Dia do Conciliador e do Mediador Judicial e Extrajudicial, comemorado em 5 de maio; **Requerimento n.º 1849/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de voto de louvor ao Sr. Geraldo de Oliveira; **Requerimento n.º 1851/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando menção honrosa ao Sr. Mário Darlan Alves Costa; **Requerimentos n.ºs 1854 a 1862/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro de menção honrosa: ao Pastor Elias de Oliveira; ao Pastor Leomarcos Silva; ao Pastor Antonio Sutir; ao Pastor Edison Camargo; à Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Palmas; ao Pastor Maurici Alves; ao Coral e Círculo de Oração Filhas de Jerusalém; ao Círculo de Oração Resplandecente Estrela da Manhã; aos Ex-Dirigentes e Membros da Congregação do Xaxim; **Requerimento n.º 1863/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando envio de moção honrosa ao Policial Militar SD. QPMG Luiz Ataíde Berto; **Requerimento n.º 1865/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o registro e envio de votos de louvor e congratulações com expedição de menção honrosa para a Potência Maçônica Grande Oriente do Brasil – Paraná e para a Potência Maçônica Grande Oriente do Brasil; **Requerimento n.º 1867/2022**, da Deputada Mabel Canto, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. César Augusto Neves Luiz, requerendo a destinação de auxílio financeiro ao Hospital Santa Tereza, localizado no município de Guarapuava; **Requerimento n.º 1868/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando registro e envio de votos de louvor e congratulações com menção honrosa para o Prefeito de Pitangueiras, Sr. Samuel Teixeira;

Requerimentos n.ºs 1869, 1870 e 1872 a 1897/2022, do Deputado Plauto Miró, solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Waldeveza Pacheco Catarenczuk; Aparecida da Silva; Anna Daria da Silva; Mercedes Gnata Justus; Verônica Oliveira; Ivete da Aparecida da Roza; Sebastiana dos Santos; Nair Machado dos Santos Marinho; Maria Benedita Beck Stefani; Christina de Andrade Linhares; Sebastião Gonçalves dos Passos; Neures Valle da Motta; João Wolinski; Ceslau Flak; Luiz Carlos Stremel; Jonas Kremes; Germano Gomes; Argemiro Lemes Diniz Junior; Zenesio Antunes; Agnaldo Mendes; Janina Telega; Hilda Bernadete Slompo; Áurea Maria Solek Schwab; Almira Correa Machado; Ozires Roiz Machuca; José Elias Ferraz; Carlos Gomes de Bonfim; e Benedito Natal de Aguiar; **Requerimento n.º 1871/2022**, do Deputado Soldado Fruet, solicitando o envio de expediente o Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística do Paraná, requerendo detalhamento e cópia do Termo de Compromisso n.º 1/2022, entre o Estado do Paraná, por meio de SEIL, e a empresa Klabin S/A, seus respectivos aditivos e apostilamentos, bem como protocolo n.º 18.451.229-7.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 1850/2022, dos Deputados Coronel Lee, Homero Marchese e Mabel Canto, solicitando a inclusão do Deputado Homero Marchese como coautor do Projeto de Lei n.º 276/2019, de autoria do Deputado Coronel Lee e da Deputada Mabel Canto; **Requerimento n.º 1853/2022**, dos Deputados Michele Caputo, Luciana Rafagnin e Gilson de Souza, solicitando a inclusão do Deputado Gilson de Souza como coautor do Projeto de Lei n.º 21/2019, de autoria do Deputado Michele Caputo e da Deputada Luciana Rafagnin; **Requerimento n.º 1866/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando a conclusão da análise da PEC n.º 3/2021, com base nos art.º 29, Inciso XXVIII e 227, § 3.º do Regimento Interno.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.º**

1845/2022, do Deputado Douglas Fabrício, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 8 de junho de 2022; **Requerimento n.º 1846/2022**, do Deputado Luiz Carlos Martins, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 8 de junho de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, III do Regimento Interno (em decorrência de audiência ou evento com o Ministro do Estado): **Requerimento n.º 1848/2022**, do Deputado Evandro Araújo, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 8 de junho de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, VI do Regimento Interno (em decorrência de impedimento de locomoção no trajeto até a sede do Poder Legislativo ou ao local onde ocorrer a sessão plenária, ocasionado por caso fortuito ou força maior devidamente comprovados): **Requerimento n.º 1852/2022**, do Deputado Marcio Pacheco, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 6 de junho de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 1864/2022**, do Deputado Goura, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 13 a 15 de junho de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Senhores Deputados, Sr.^s Deputados, duas Sessões amanhã: a Ordinária de terça e a antecipação da Sessão de quarta. Duas Sessões amanhã. Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando duas outras para amanhã, dia 14 de junho de 2021, à hora regimental com as seguintes **Ordens do Dia: 1.ª Sessão Ordinária:** 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 148/2022; 2.ª Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 5/2022 e dos Projetos de Lei n.ºs 302/2019, 412/2021, 509/2021, 514/2021, 66/2022 e 83/2022; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 316/2021, 608/2021 e 136/2022; **2.ª Sessão Ordinária:** Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 763/2021 e 148/2022; 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 302/2019; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 316/2021, 608/2021 e 136/2022;

e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 530/2017, 613/2021, 222/2022, 238/2022 e 249/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h24, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)